

RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2019



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	03
ÁREAS PROGRAMÁTICAS	06
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA	07
I – Introdução	08
II - Principais Atividades Realizadas Conforme os Eixos e Objetivos Específicos	09
III – Algumas Conclusões Possíveis	20
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	22
I. Introdução	23
II. Atividades Desenvolvidas em 2019	24
1. Gestão e Participação Social	24
2. Acesso à Mercados	25
3. Incidência Política	28
4. Conclusões - Resultados e Perspectivas para 2019	29
PROGRAMA ÁGUA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA (PAPAA)..	37
I. Introdução	38
II. Relação dos Territórios e Municípios	39
III. Linhas Estratégicas e Objetivos	40
IV. Atividades Realizadas por Objetivo	40
V. Conclusão	46
PROGRAMA DIREITOS HUMANOS	48
I. Introdução	49
II. Eixos Estratégicos e Objetivos – Descrição	50
III. Atividades Realizadas e Resultados Alcançados	53
IV - Consideração Finais	56
CONCLUSÃO	65
ANEXOS	66
Funcionários do MOC em 2019	67
Estagiárias	69
Jovens Colaboradores de Vínculos	69
Municípios onde o MOC atuou	70
Colaboradores Nacionais e Internacionais	70
Fotos	72

APRESENTAÇÃO

O Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Esta desigualdade toma mais corpo e se materializa muito mais quando os sujeitos envolvidos são mulheres, comunidades tradicionais, quilombolas, negros e negras.

É como se a essas comunidades e povos se negasse o direito de existir e de viver.

Um olhar mais aguçado vai notar que estas desigualdades, muitas vezes naturalizadas, são fruto de políticas implementadas e voltadas praticamente para esta finalidade.

O MOC, desde seu surgimento e pelos mais de 50 anos de sua existência tem se colocado como objetivo, no entanto, diminuir ou sustar estas desigualdades e contribuir na construção de um mundo justo e solidário.

Constatando –se o quão grande e avassaladora é a injustiça no mundo, no Brasil e mais especificamente no semiárido, nossa contribuição quase que se torna imperceptível.

Acreditamos, porém, que o caminhar, se faz de passos e mais passos, pequenos é verdade; acreditamos no papel das pequenas coisas e que é delas que se constroem grandes; acreditamos no papel transformador de cada atividade que se realiza e a outras se vai juntando.

Por isso continuamos a apostar na transformação da sociedade, num mundo mais justo e equânime; numa sociedade para todos e não apenas para alguns.

Este relatório quer ser um testemunho. Testemunho da ação de cada professor/a que efetiva em sua sala de aula a educação contextualizada e que, juntando-se a centenas de outros/as projeta a bonita experiência de educação contextualizada do MOC; testemunho do dia a dia de cada agricultor/a que faz de sua propriedade um espaço de vida, com afeto e carinho com as pessoas e a natureza e que, ao se juntar a outros, projeta a Agroecologia e a convivência com o semiárido pelos nossos espaços; testemunho das mulheres, jovens e outros sujeitos que, descobrindo seu lugar na vida, família, comunidade, deixa de ser objeto e assume seu caminho; mulheres que ao se articular tecem redes de vida, de luta e de conquista; testemunho das pessoas, homens e mulheres, que acreditando numa economia voltada para a vida e não para a morte, formam empreendimento solidários, voltados não para a concentração e sim para a produção e a partilha e, assim, agrupam-se em redes, articulações e projetam no mundo alimentos de qualidade e saudáveis e produtos de amor.

São estes testemunhos, acreditamos, que publicitados, nos animam, alimentam e fazem continuar o caminho.

E aqui testemunhamos também o forte esforço do MOC, de organizações parceiras e coirmãs na perspectiva de unir forças e interferir na política nacional, estadual, regional.

Sem esta interferência, com certeza, as possibilidades de transformação do mundo na trilha da justiça estaria bem menor e nossos resultados também menores.

Publicando este relatório agradecemos a todos e todas que, de uma maneira ou de outra nos apoiaram e tornaram possível esta caminhada.

E renovamos a esperança de que resistir é possível e de que construir a justiça não é bobagem e sim o imperativo da vida.

Agradecemos sugestões e críticas que nos ajudem a caminhar melhor.

Celia Santos Firmo
Coordenadora Geral

ÁREAS PROGRAMÁTICAS

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA (PECONTE)

I - INTRODUÇÃO

Em 2019 o MOC deu continuidade às ações de Educação do Campo Contextualizada, tendo como objetivo estratégico **“Crianças e adolescentes dos municípios de atuação do Programa tendo acesso aos direitos à educação contextualizada na perspectiva da Convivência com o Semiárido, alimentação saudável, esporte, cultura e lazer, expressando suas potencialidades criativas e contribuindo para desenvolvimento sustentável**. Buscando alcançar este objetivo, o Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE), eixo programático do Movimento de Organização Comunitária (MOC), destacou algumas ações e momentos principais neste ano de celebração dos **30 Anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança**: a realização das conferências dos direitos da criança e adolescente, as celebrações dos 20 anos do Projeto Baú de Leitura do MOC e dezenas de dias lúdicos e devoluções do Projeto CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo, bem como atividades formativas com educadores e educadoras, coordenadores e coordenadoras das redes dos municípios conveniados com o MOC.

O público prioritário do PECONTE são crianças e adolescentes das escolas do campo do semiárido dos municípios de atuação do MOC, em sua maioria nos Territórios de Identidade Sisal e Bacia do Jacuípe: Araci, Baixa Grande, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Mairi, Monte Santo, Nordestina, Nova Fátima, Pintadas, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, Serrinha e Valente. Porém, em 2019, por conta de vários empecilhos não passíveis de superação teve-se que priorizar alguns municípios, deixando-se de atuar em Baixa Grande, Pintadas, Mairi, Queimadas, Monte Santo e Valente. Em Feira de Santana, o MOC também realizou ações pontuais.

Para as ações chegarem até as crianças e adolescentes, buscamos estrategicamente potencializar as criatividade de professoras/es e coordenadoras/es, através de processos de formação continuada, desenvolvidas em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e secretarias municipais de educação.

De forma resumida, as ações do PECONTE em 2019, foram subdivididas em cinco eixos específicos que são desmembrados em cinco objetivos específicos, são eles:

1. Formação, Mobilização e Articulação com as gestões municipais (secretárias/es e diretoras/es de escolas):

Objetivo Específico:

- Contribuir na formação e mobilização de Gestores/as Municipais para apropriação dos passos metodológicos para aprovação, implementação e regulamentação da lei municipal e políticas públicas de educação do campo, disponibilizando no orçamento e com currículos contextualizados na perspectiva da convivência com o Semiárido;
2. Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil:

Objetivo Específico:

- Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes;
3. Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária):

Objetivo Específico:

- Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades;
4. Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido:

Objetivo Específico:

- Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas;
5. Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:

Objetivo Específico:

- Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente.

Descreveremos a seguir, as principais atividades realizadas e seus principais resultados e impactos durante o ano, na obtenção dos objetivos específicos e geral já citados.

II - PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS CONFORME OS EIXOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

As atividades realizadas em 2019, foram dentro das linhas de ações descritas.

1. Formação, Mobilização e Articulação com as gestões municipais (secretárias/os e diretoras/es de escolas)

Objetivo Específico:

- Contribuir na formação e mobilização de Gestores/as Municipais para apropriação dos passos metodológicos para aprovação, implementação e regulamentação da lei municipal e políticas públicas de educação do campo, disponibilizando no orçamento e com

currículos contextualizados na perspectiva da convivência com o Semiárido;

Esta linha de ação em 2019 foi redimensionada e bastante reduzida. Realizamos reuniões municipais com as gestões para garantir **o não fechamento das escolas do campo** e, dessa forma, manter a continuidade da proposta política pedagógica de educação contextualizada e ampliação de recursos.

Também foram realizadas oficinas municipais de estudos com a Cartilha sobre Orçamento (publicada pelo MOC em 2018), assim como planejamento das ações. Em 2019, estas ações buscavam também garantir os resultados do ano anterior, todos os municípios tem Planos Municipais de Educação e destes 17 (dezesete) inseriram a Educação Contextualizada em suas metas e estratégias, 14 (quatorze) municípios com Leis Municipais de Educação do Campo aprovadas e 06 (seis) municípios com as Leis elaboradas em processo de aprovação nos Conselhos e Câmaras Municipais e 02 (dois) municípios com Orçamentos específicos para a Educação do Campo, bem como 07 (sete) municípios implementando currículos municipais contextualizados.

Diante da ameaça de fechamento de escolas do campo, de “militarização de escolas” o MOC, juntamente com outras entidades, também participou de uma audiência pública com o Secretário Estadual de Educação para impedir estes retrocessos e garantir os direitos. Como resultado, o secretário estadual se comprometeu a não fechar e militarizar escolas e orientar os municípios a fazer o mesmo.

São resultados de um contínuo diálogo com os municípios no sentido de fortalecimento das políticas públicas de educação do campo contextualizada, numa perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, solidário e da convivência com o semiárido, tendo grande contribuição no campo dos direitos das crianças e adolescentes a uma educação significativa e de qualidade enquanto direitos.

2. Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil

Objetivo Específico:

- Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes;
- 2.1. Formação continuada com **Coordenações Municipais** da Educação do Campo: Esta ação é um dos principais eixos de sustentação da Educação do Campo nos municípios. As coordenações municipais são espécies de multiplicadores locais.

Embora a situação política do país dificulte a realização de uma educação libertadora e democrática, constatando-se tentativas de cercear a liberdade de ensino e aprendizagem (liberdade de cátedra) e ataque aos princípios básicos que movem a educação do campo contextualizada, o MOC realizou este ano 04 (quatro)

encontros de avaliação, monitoramento, planejamento, estudos e formação continuada com as Coordenações Municipais da Educação do Campo Contextualizada (Projetos CAT e Baú de Leitura).

O primeiro destes encontros foi para planejamento das ações do ano. Todos os municípios fizeram o planejamento e construíram um esboço da primeira ficha pedagógica com a temática anual: **Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido: ações e parcerias para o exercício da cidadania na defesa dos direitos da população do campo**. Também neste encontro houve um relançamento da 2ª Edição do livro: Sementes de Educação Contextualizada – da Professora Maria do Socorro Silva.

O segundo encontro com as Coordenações Municipais da Educação do Campo e sociedade civil, realizado no mês de junho, buscou contribuir na avaliação da caminhada até então e aprofundou a temática da Ficha Pedagógica, realizando uma Oficina sobre História e Direitos Humanos e como as escolas do campo podem fortalecer as ações de cidadania a partir da realidade das comunidades. Neste encontro debateu-se profundamente o que é cidadania, o papel da escola, da sociedade civil e de educadoras/es enquanto detentores de deveres, especialmente para contribuir na garantia de direitos.

Já o terceiro encontro com as Coordenações Municipais da Educação do Campo e sociedade civil (realizado em setembro), partiu, metodologicamente da tentativa de avaliar a prática (a partir do que foi planejado em março), analisar, aprofundando conhecimentos para melhorar (ação-reflexão-ação). Após avaliação dos avanços e dificuldades, fez-se um estudo sobre a proposta da nova “Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Interesses, interessados e concepção pedagógica”, contando com a parceria da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Constata-se, assim que a nova BNCC busca trabalhar apenas as “competências e habilidades”, descaracterizando as sensibilidades humanas, e, se o município não inserir a Educação do Campo Contextualizada no seu currículo, a mesma pode ficar de fora da práxis escolar. Houve uma reflexão dos interesses que estão por trás da BNCC, de grupos privados da educação, que tenta retirar o pensamento crítico da educação, “educando” pessoas apenas para o mercado de trabalho e também diminui a importância das disciplinas das áreas de ciências humanas. Houve um debate profícuo durante o encontro, fazendo uma reflexão como o CAT e Baú de Leitura podem contribuir para fortalecer uma educação crítica e emancipatória e para a melhoria de vida das comunidades na perspectiva da Convivência com o Semiárido.

A partir dos estudos e debates, neste terceiro encontro objetivou-se, através dos estudos incentivados a serem realizados nos municípios com professores/as instrumentalizar os/as profissionais de educação para debater a BNCC e inserir a proposta da Educação Contextualizada fortalecendo aquilo que já é potente e presente em cada escola e comunidade.

Por fim, o quarto encontro do ano de 2019, realizado em dezembro, teve como função avaliar e articular os principais resultados do ano (a partir do planejamento realizado em março) e projetar novos períodos em 2020. Este encontro foi realizado dentro do **I Ciclo de Saberes por um Sertão Justo**, que foi um evento realizado conjuntamente com todos os programas do MOC.

Na atividade os municípios trouxeram os principais resultados alcançados no ano, destacando a luta pelo não fechamento das escolas do campo, as mudanças de vida nas comunidades, como mudanças de hábitos alimentares, debates sobre direitos da criança e adolescente e exercício da cidadania, participação de coordenações municipais em espaços e redes de incidência política em âmbito municipal, regional e estadual, participação nas Conferências Municipais e Territoriais de Criança e Adolescente, contribuições formativas para educadores e educadoras do campo através da realização e multiplicação de oficinas temáticas municipais sobre geografia do semiárido, cidadania, intolerância religiosa, educação antirracista e não sexista, agroecologia e alimentação saudável, etc. Resultados colhidos a partir do planejamento e da Ficha Pedagógica desenvolvida. Ainda durante o encontro, houve um debate e reflexão com o título “As identidades do Semiárido e Educação Decolonial”, mediado pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e planejamento das Jornadas Pedagógicas e novo tema da Ficha Pedagógica para o ano de 2020.

Este quarto encontro, dentro do Ciclo de Saberes, teve uma característica muito forte de intercâmbio e troca de saberes entre os/as participantes de diversas áreas programáticas do trabalho do MOC, o que oportunizou a riqueza de debates e uma melhor interação entre os grupos de educadores/as, agricultores/as, jovens, mulheres e representações da sociedade civil organizada.

Diante do contexto político e econômico que vive o Brasil, evitar retrocessos no campo dos direitos e da educação do campo contextualizada e manter o que se tem nos municípios é considerado também um avanço. Nesse sentido, manter a Educação do Campo, enquanto uma política pública foi o grande desafio em 2019, o que seguiu acontecendo através do trabalho formativo com as coordenações municipais de educação, professores/as do campo e representantes da sociedade civil, reverberando nas Devoluções, que são passo metodológico das ações do CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade. Estas devoluções são ocasião em que a comunidade e a escola se juntam para trocar e pensar os conhecimentos e as informações que as crianças e adolescentes produziram na escola sobre a comunidade, seus problemas dificuldades e potencialidades, identidades e histórias visando a transformação.

2.2 Formação Continuada com Professoras e Professores das Escolas do Campo

Foram realizadas formações com professoras e professores, na dimensão da melhor compreensão da metodologia da Educação do Campo, dos Projetos CAT e Baú de Leitura, quanto de estudos e temáticas inovadoras para melhorar a prática pedagógica nas escolas do campo. Através de oficinas, seminários, intercâmbio de saberes as formações contavam com a participação de professoras/es dos municípios. Realizou-se oficinas com as seguintes temáticas:

- Oficinas municipais de construção das Fichas Pedagógicas;
- Sensibilização para leitura prazerosa – para professores/as que iniciaram com a metodologia do Baú de Leitura este ano;

- Aprofundamento da metodologia e concepção de leitura contextualizada com estudos de temáticas como religiosidade, racismo religioso, identidade decolonial;
- Educação não sexista e não discriminatória;
- Metodologia e temáticas relacionadas da Educação Contextualizada com o Semiárido;
- Direitos Humanos com enfoque direitos de crianças e adolescente;
- Oficinas de Hortas nas Escolas e alimentação saudável;
- Oficinas de Educação Contextualizada e Educação Escolar Quilombola através do Projeto Cisterna nas Escolas.

Realizamos Oficinas municipais de construção das Fichas Pedagógicas contribuindo com os passos pedagógicos deste instrumento tão importante no processo de desenvolvimento da metodologia no chão da escola com os alunos, alunas, familiares e comunidade. Foram realizadas também oficinas de sensibilização para contribuir com uma leitura prazerosa de professores/as que ainda não haviam sido sensibilizados/as e que iriam desenvolver este trabalho com o Baú de Leitura.

Esta última formação, que realizou as Oficinas de Educação Contextualizada e Educação Escolar Quilombola aconteceu em 2019 através de convênio entre a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e o Governo Federal, que foi executado pelo MOC e o Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE) realizou a formação em educação contextualizada e educação escolar quilombola em três núcleos territoriais que abrangeram os municípios de:

Núcleo 1: Andorinha, Filadélfia e Ponto Novo;
 Núcleo 2: Cansanção e Itiúba;
 Núcleo 3: Campo Formoso e Pindobaçu.

Dentre as atividades, foram realizadas **03 formações** nucleares de educação contextualizada e educação escolar quilombola tendo como público as merendeiras e porteiros escolares, as quais tiveram como conteúdo o direito à água, alimentação saudável e segurança alimentar, divisão justa do trabalho, identidade e educação escolar quilombola.

As oficinas de educação contextualizada e educação escolar quilombola tiveram como público educadores e educadoras, coordenadores e coordenadoras de escolas de comunidades quilombolas e comunidades tradicionais. Os conteúdos trabalharam a concepção, princípios e fundamentos da educação contextualizada e educação escolar quilombola, seus alinhamentos, metodologias de trabalho e construção de atividades didáticas a serem trabalhadas no ambiente escolar tendo a água de educar como início de um processo de contextualização da educação em que se trabalha identidade, igualdade e educação antirracista. As oficinas aconteceram em **03 módulos**, o que totalizou uma quantidade de **09 formações** com um total de **200 pessoas** participantes.

Os resultados iniciais desse processo formativo foram palpáveis já no 2º módulo. Os educadores/as realizavam no intervalo modular os denominados “prazeres de casa”, que eram atividades planejadas coletivamente durante as formações e que culminaram em murais, exposições, livretos, produções artísticas, painéis e atividades de campo com as temáticas em questão, possibilitando o

desenvolvimento de uma educação contextualizada centrada na prática da educação escolar quilombola nas escolas do campo em que a cisterna escolar foi construída e cujos professores/as trocaram saberes e experiências formativas específicas. Foram ações de grande importância na avaliação dos/as participantes, pois os mesmos não haviam até então participado de formações direcionadas para essas temáticas, que proporcionaram maior entrosamento comunitário na relação escola x família x comunidade. Assim, foi possível incidir e dialogar com a realidade local e também oportunizou mais conhecimentos na prática sobre educação contextualizada e educação escolar quilombola.

Foram construídas **46 cisternas** escolares de 52.000 mil litros através dessa mobilização, que para além da água de educar levou formação e discussão sobre a realidade das comunidades quilombolas e tradicionais dos municípios do semiárido baiano.

Como resultado deste objetivo específico, as formações e experiências nas temáticas orientadas oportunizou aos/as professoras/es e coordenadores/as maior segurança e domínio da metodologia, possibilitando desenvolver ações nas escolas e comunidades que melhoraram a vida das crianças e suas famílias, especialmente na temática da Ficha Pedagógica. Efetivamente este processo ampliou conhecimento sobre os direitos humanos, direitos e deveres de crianças e adolescentes, estudos sobre o Estatuto de Criança e Adolescente (ECA), pesquisas sobre políticas públicas e órgãos públicos existentes nas comunidades e buscar junto ao poder público municipal de instrumentos importantes como: posto de saúde, transporte, melhoria da escola, quadra de esportes, praças nas comunidades, cuidados com o meio ambiente, coleta de lixo, entre outras.

O número estimado de participantes entre educadores/as do campo e coordenações municipais dos municípios envolvidos nas ações e projetos do MOC chega a uma média de **1.030** participantes, entre oficinas intermunicipais, municipais, visitas, seminários e outras atividades formativas.

2.3 Mobilização e Formação com a sociedade civil organizada

Foram realizadas 06 (seis) oficinas municipais com a sociedade civil organizada (sindicatos e associações comunitárias) para construção e mobilização dos Fóruns Municipais de Cidadania e de controle social da política de Educação do Campo. Em alguns municípios como Riachão do Jacuípe, Retirolândia e Araci a mobilização da sociedade civil impediu o fechamento de escolas, buscou melhorar a alimentação das escolas, através da inserção dos produtos da agricultura familiar.

Nos encontros de formações com as coordenações municipais a sociedade civil sempre foi convocada a participar e colaborar, enquanto conhecedora da realidade do campo e pela vivência com as famílias, assim como por toda sua legitimidade na construção dos processos de educação contextualizada. Nesta participação se avaliava o papel da sociedade civil, o que a mesma pode fazer para contribuir com a melhoria da educação do campo e acompanhar mais de perto.

A sociedade civil também participou dos momentos de “Devoluções” do CAT, com sugestões de ações para melhorar a realidade do campo. A “devolução” é o momento em que a escola reúne a comunidade para apresentar e debater os

problemas identificados com a pesquisa-ação (o Conhecer do itinerário do CAT). As famílias e sociedade civil organizada debatem os problemas encontrados e buscam juntos soluções, visando melhorar a realidade. O MOC também realiza as formações com a sociedade civil organizada buscando a qualificação para ocupar e participar desempenhando o controle social dos espaços de incidência política na defesa dos direitos das populações do campo e do direito à educação contextualizada do e no campo.

Numa outra perspectiva, em 2019, o MOC iniciou uma ação específica com a **Educação Escolar Quilombola**, a partir da ação junto à sociedade civil organizada. A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade imprescindível para as comunidades tradicionais quilombolas no interior da Bahia. São mais de 600 comunidades quilombolas no Estado, além de outras comunidades que se chamam catingueiros, fundo de pasto etc. Foi uma conquista dos movimentos negros a criação de dispositivos e políticas públicas afirmativas para favorecer o fortalecimento e florescimento dessas populações, que hoje vêem essas possibilidades negadas e extintas pelo atual governo Federal.

Convidado por algumas entidades da sociedade e civil, o MOC propôs uma roda de conversa sobre Educação Escolar Quilombola no Território do Sisal, por ocasião do novembro negro em Conceição de Coité e na sequência participamos de uma reunião do Fórum das Comunidades Quilombolas do Território do Sisal. São mais de 21 Comunidades Quilombolas nesse território e há um esforço e iniciativa de apoio da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XIV de conversar e pesquisar sobre o assunto, com ações desenvolvidas no município de Nordestina. O MOC também realizou diálogos com o Conselho Quilombola do município de Filadélfia no território do Piemonte/Norte do Itapicuru, juntamente com a UEFS. Estas ações, abrem novas perspectivas de uma dimensão específica da Educação do Campo – que é a Educação Escolar Quilombola enquanto direitos dos povos.

A Educação Escolar Quilombola, bem como uma dimensão antirracista da educação, são ações que o MOC pretende continuar no próximo período.

Como resultado do trabalho de mobilização e formação da sociedade civil, temos 06 Fóruns organizados: Araci, Ichu, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Serrinha e Quijingue. Dessa forma, destacam-se como principais propostas e pautas defendidas pelo MOC e pelas organizações e representações da Sociedade Civil Organizada junto às redes e fóruns de incidência política:

- Mobilização para efetivação de uma política estadual de educação do campo contextualizada;
- O não- fechamento de escolas do campo no estado da Bahia;
- A luta para que os recursos que serão investidos em militarização de escolas seja utilizado para fomentar as propostas e ações que já existem pelos movimentos sociais do campo;
- Carta aberta pelo não fechamento de escolas rurais e urbanas no Estado da Bahia;
- Participação na criação de especializações e cursos profissionais em Agroecologia e Educação do Campo através do Centro Acadêmico de

Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT) ligado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

3. Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária)

Objetivo Específico:

- Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades;

Todas as ações do Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE) buscam contribuir para a garantia da proteção integral de crianças e adolescentes com seus direitos garantidos, além de contribuir para melhoria de aprendizagens, de forma significativa através das ações educativas com a metodologia contextualizada para convivência com o Semiárido.

Foram realizadas oficinas e dias lúdicos com crianças, devoluções do CAT com ampla participação das crianças, intercâmbio de saberes, produções de materiais didáticos específicos com a metodologia CAT/Educação Aberta, jogos cooperativos e brincadeiras, construção de hortas escolares pedagógicas, garantia da água de educar e de qualidade através da cisterna escolar, além de centenas de ações desenvolvidas por professores e professoras com o Baú de Leitura, incentivando o desenvolvimento das potencialidades críticas, criativas e artísticas das crianças e adolescentes.

Em 2019 foram doados mais 08 (oito) Baús de Leitura para as crianças terem acesso a livros de literatura infantil contextualizada e melhorar suas múltiplas aprendizagens: leitura, oralidade, visão de mundo com senso crítico, solidariedade, cooperação e ampliação de conhecimentos nas diversas áreas do currículo escolar. Ao construir uma horta escolar, por ex. trabalha-se todas as áreas de conhecimento: matemática com unidades de medidas, cumprimento, operações matemáticas; geográfica com tipos de solos e vegetação; ciências com nutrientes dos alimentos, saúde, água, segurança alimentar; história com história dos alimentos, tradições culturais, história da comunidade; língua portuguesa com relatório sobre a construção da horta; nome dos alimentos, elementos gramaticais com os instrumentos utilizados para construção da horta e outras possibilidades, como o aprendizado tanto das crianças quanto das famílias que participam e acessam práticas agroecológicas.

Em se tratando de propostas e intervenções que aconteceram nas comunidades rurais através das “Devoluções do CAT”, em 2019 os principais resultados das propostas e ações da Metodologia CAT - Conhecer, Analisar e Transformar a realidade, podemos destacar:

- Através da pesquisa- ação foi possível visualizar a realidade das famílias das comunidades envolvidas no que diz respeito à produção agrícola familiar, os

alimentos consumidos pelas famílias, as suas principais fontes de renda , havendo maior valorização da agricultura familiar agroecológica;

- Produção de conhecimento sobre alimentos saudáveis a partir da realidade local; crianças fizeram troca de saberes sobre frutas, verduras e alimentos locais e apresentaram às famílias na Devolução;
- Mudança de hábitos alimentares dos/as alunos/as, que apresentaram as informações sobre segurança alimentar às suas famílias a agente comunitários de saúde durante a devolutiva, trazendo maior visibilidade para o trabalho com a Ficha Pedagógica entre as famílias;
- O passo do Analisar refletiu com as famílias sobre direitos, pois boa parte delas são contempladas com programas sociais (como Bolsa Família, Seguro Safra, Tarifa Social), que alguns não acessavam por não ter as devidas orientações e informações, que as crianças apresentaram na Devolução;
- Crianças e Adolescentes discutindo sobre os Programas Sociais, conhecendo o que são políticas públicas, direitos e deveres, Estatuto da Criança e Adolescente, Constituição Federal, alimentação saudável (PNAE e PAA), sustentabilidade;
- Diferenciação dos alimentos (saudáveis e não saudáveis);
- Informações atualizadas sobre a liberação dos agrotóxicos e apresentação de alternativas de defensivos naturais;
- Incentivo à produção agrícola familiar agroecológica;
- Maior participação e protagonismo das crianças frente às Devoluções.

Algumas mudanças vão sendo percebidas em médio prazo, ao longo do percurso, principalmente por serem atitudinais. Mas um avanço significativo é a busca por conhecimentos a partir das discussões nas devoluções, sobretudo, em relação aos programas sociais e como acessá-los, o envolvimento das crianças e adolescentes no processo de organização em comissões para pensar melhorias para a comunidade e o comprometimento dos mesmos frente às pesquisas realizadas e maior informação e popularização da agroecologia.

Na perspectiva de contribuir para a garantia de proteção integral e direitos, em 2019, **o MOC esteve na coordenação de 24 Conferências Territoriais e a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente**, através da participação no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CECA). Centenas de crianças participaram das conferências defendendo propostas para políticas públicas de proteção integral. As conferências elegeram propostas para proteção, protagonismo, orçamento crianças e políticas públicas voltadas para esporte, cultura, lazer, saúde e educação.

A participação de crianças e adolescentes nestas conferências foi um momento interessante, pois debatiam suas demandas, preocupações e necessidades, elaborando as propostas (a partir da vivência e olhar deles e delas) para a conferência nacional, bem como para implementações de políticas em âmbito municipal e estadual.

Por outro lado, o reconhecimento do trabalho do MOC na dimensão da defesa dos direitos de crianças e adolescentes tem aumentado, bem como sua responsabilidade.

Foram realizados Dias Lúdicos com crianças e adolescente sobre alimentação saudável, com as crianças nas escolas, construção de hortas escolares enquanto elemento pedagógico para melhorar a aprendizagem, tanto dos conteúdos curriculares, quanto para mudanças de hábitos alimentares na escola e na família. Também foram realizados Dias Lúdicos com crianças para o desenvolvimento da leitura e escrita, através de temáticas direcionadas para o cotidiano de vida dos alunos e alunas das escolas do campo.

Durante o ano o MOC realizou dois grandes intercâmbios com as crianças das escolas do campo dos municípios em que atuou. Um intercâmbio aconteceu em maio e envolveu mais de 100 crianças e outro em outubro para celebrar os 20 Anos do Projeto Baú de Leitura e 30 Anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança, que envolveu cerca de 180 crianças e adolescentes. Nestes intercâmbios, as crianças apresentam o que aprendem na escola, expressam de forma artística elementos das manifestações culturais, participam de oficinas lúdicas e o MOC aplica um instrumento de avaliação das múltiplas aprendizagens sobre educação contextualizada.

No intercâmbio foram realizadas atividades às quais possibilitaram avaliar o desenvolvimento das crianças e adolescentes, como oralidade, habilidades e expressões artísticas, desinibição e compreensão de mundo a partir dos elementos que a escola trabalha.

Vale ressaltar que nestes intercâmbios participaram crianças de escolas do campo com Projeto CAT e Baú de Leitura e crianças de outro município que não tem estes dois projetos. Pelos instrumentos de avaliação que aplicamos percebe-se um desenvolvimento diferenciado nas crianças que participam do CAT e Baú de Leitura, como melhor compreensão sobre o Semiárido, melhor relacionamento em trabalhos de grupos/equipe, maior senso crítico e visão de mundo, de cuidado com o ambiente e demonstração de solidariedade.

4. Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido:

Objetivo Específico:

- Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas;

Foi redimensionada esta linha de ação. Contudo, buscando contribuir com a formação de professores e professoras das escolas do campo, para uma educação contextualizada com o Semiárido, o MOC publicou o **Caderno 2 – Construindo Saberes para Educação Contextualizada**. Foi uma construção coletiva, contando com colaboração de dezenas de professoras e professores do campo, sociedade civil organizada, crianças e adolescentes, além da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e equipe MOC. O livro está servindo de apoio pedagógico para

professores/as e coordenações municipais realizarem o trabalho de Educação Contextualizada com as crianças e adolescentes, uma vez que apresenta propostas de atividades nas temáticas e dimensões da Educação do Campo Contextualizada. O livro é distribuído gratuitamente para os/as profissionais de educação dos municípios de atuação no semiárido baiano.

5. Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:

Objetivo Específico:

- Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente.

Através do Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE), o MOC participou em 2019 de diversos espaços de incidência política, visando o cumprimento dos seus objetivos. Neste sentido, participamos das ações e na coordenação dos seguintes espaços:

- **CECA** – Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente – atualmente o MOC está na presidência do Conselho e contribui com ações propositivas na construção da política estadual de defesa e proteção dos direitos de criança e adolescente e em 2019 coordenou as conferências territoriais e conferência estadual dos direitos da criança e adolescente.
- **FEIBA** – Fórum Estadual de Educação da Bahia – um espaço de articulação sociedade civil e poder público para avaliar, responsável para monitorar e planejar a política estadual de educação juntamente com a secretaria estadual de educação da Bahia e articulação.
- **FEEC** – Fórum Estadual de Educação do Campo – espaço de articulação da sociedade civil, específico da Educação do Campo e com participação de algumas universidades. O FEEC tem um papel importante na construção de propostas de Educação do Campo tanto em âmbito estadual, quanto nacional. O FEEC esteve engajado contra fechamento das escolas do campo e por mais recursos e apoio estatal para as Escolas Famílias Agrícolas.
- **RESAB** – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – o MOC faz parte da Coordenação Executiva da RESAB, entidade que busca contribuir na construção de políticas públicas para a Educação do Contextualizada no Brasil, especialmente no Semiárido. Em 2019 o MOC participou das reuniões da Executiva, participou do Seminário Nacional da RESAB em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco, fazendo exposição da experiência em Formação de Professores/as e produção de material didático.

Dentre os destaques dessa atuação em redes, o MOC lutou junto ao Fórum Estadual de Educação do Campo e Fórum Estadual de Educação da Bahia para que fossem estabelecidas agendas junto à secretaria estadual de Educação, com a presença do secretário Jerônimo Rodrigues apresentando dados da situação das escolas do campo no estado da Bahia, principalmente no enfrentamento ao fechamento de escolas do campo, que afeta milhares de crianças e adolescentes no semiárido baiano e atuou também frente à legitimação e reconhecimento das

experiências que organizações sociais desenvolvem educação contextualizada no estado da Bahia, que de acordo com pesquisas científicas estão respaldadas e oportunizam uma educação de qualidade e com um índice de aprendizado satisfatório e diferenciado.

Este ano também o MOC participou de audiências públicas em defesa dos direitos da criança e adolescente, especialmente de educação. Participou da Audiência Pública com o Ministério Público, Universidades, instituições de pesquisas e Organizações Não Governamentais, sobre **Profissionalização de Adolescentes em situação de vulnerabilidade social**.

III – ALGUMAS CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Há momentos na história que precisamos estar juntos, lutar para não perder o que se conquistou, ou seja, manter as conquistas. O ano de 2019 para o Programa de Educação Contextualizada do MOC e para outros também, foi assim. Durante todo o ano, nossos esforços foram para manter a Educação Contextualizada, não fechar escolas, não militarizar e cercear a liberdade de ensinar e aprender. Apesar das dificuldades, conseguimos manter alguns resultados que podemos destacar em 2019:

- A mobilização da sociedade civil evitou fechamento de escolas em Riachão do Jacuípe, em Araci e Quijingue;
- Mudanças de hábitos alimentares a partir das hortas escolares, pesquisas e estudos da Ficha Pedagógica nas escolas e com as famílias;
- Maior compreensão dos direitos e deveres das crianças e adolescentes a partir dos estudos com a Ficha Pedagógica;
- Os estudos e debates nas formações com coordenações e professoras/es, ampliou a compreensão do que significa “militarizar a escola”, desconstruindo mitos de “disciplina e controle”, mudando a opinião das famílias que a militarização é controle para uma educação descontextualizada, sem visão crítica;
- Ampliação da Educação Contextualizada para mais municípios a partir das formações de “cisternas nas escolas”;
- Ampliação de temáticas, conceitos e conteúdos desenvolvidos nas formações (Educação Escolar Quilombola, Educação Decolonial, Educação);
- Formação e funcionamento de 06 (seis) Fóruns da Sociedade Civil;
- Propostas de defesa e proteção dos direitos da criança e adolescente aprovadas nas conferências e enviadas aos gestores municipais e estadual;
- Ampliação do Projeto Baú de Leitura – fazendo leitura na praça, dia da leitura no município, através do encantamento e da contextualização.

Estes são alguns resultados alcançados em 2019. Sabemos que o próximo ano será mais desafiante, pois diante de uma situação de crise e cortes nos orçamentos da educação, torna-se mais difícil para as entidades não governamentais e que vivem de projetos sociais. Porém, continuaremos para cumprir a missão do MOC.

Vale ressaltar que o Programa o PECONTE recebeu uma homenagem este ano, da Prefeitura do município de Nordestina, por conta dos serviços prestados e das mudanças provocadas nas estruturas educacionais do município. Isso nos enche de ânimo e força para continuar na defesa e no fazer uma educação contextualizada, libertadora, crítica e prazerosa.

Resumo quantitativo do público envolvido:

Público Direto	Média de Atendimento Público
Formação continuada com Coordenadores (para avaliação, planejamento pedagógico e estudos temáticos)	42 coordenações pedagógicas municipais integradas (CAT e Baú de Leitura)
Formação continuada com Professores (oficinas temáticas, construção de fichas pedagógicas – oficinas de incentivo à leitura)	1.030 professores/as
Ações com Crianças e Adolescentes (desenvolvidas com equipe MOC e com professoras/es que fizemos formações)	18.1/00 crianças e adolescentes
Formações com Gestores Públicos e Escolares - sobre Conselhos Escolares e gestão democrática na escola	45 gestoras/es escolares
Formação com Sociedade Civil Organizada	24 representações
Famílias nas Comunidades (Devoluções CAT)	4.260 famílias
Conselheiros/as da Educação e Alimentação Escolar/ Direito de Criança e Adolescente	41 Conselheiros
Total de público:	23.152,00

Outros dados quantitativos do Programa:

Material	Quantidade
Baús de Leitura doados	08
Hortas escolares construídas	15
Distribuição de livros e materiais pedagógicos	2.300
Materiais didáticos publicados	02 (01 republicado)

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS – PFEES

I. INTRODUÇÃO

O Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (PFEES) intensificou, em 2019, a assessoria técnica junto ao seu público assistido de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Agricultura Familiar, Economia Solidária e de Comunidades Tradicionais. O Programa atua na perspectiva de desenvolvimento de uma Economia que seja Justa, Inclusiva e Solidária, articulando os empreendimentos em redes e organizando nos processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, fortalecendo a convivência com o semiárido. É isso que persegue seu Planejamento Estratégico.

Para viabilizar os processos citados acima, foram realizadas ações previstas em projetos do MOC, de forma integrada, em alguns casos, com outros programas da instituição. Dentre esses projetos estão: Execução de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, aos Empreendimentos e Beneficiários(as) no Âmbito do Projeto Bahia Produtiva (SDR/CAR); Parceiros Por um Sertão Justo - Actionaid, Crianças e Adolescentes: Retocando Vidas, direitos e sonhos no semiárido - Kinder Not Hilfe (KNH), Saberes e Fazeres do Semiárido: Direito à Educação e Alimentação Saudável– Terre Des Hommes Suisse (TDH), Cooperação do Programa Mais Gestão pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) – Governo Federal, e Projeto de Expansão, Fortalecimento, Estímulo e Desenvolvimento das Finanças Solidárias pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) e Amigas da Caatinga – ECOFORTE/Fundação Banco do Brasil (FBB).

Deu-se, assim, continuidade ao atendimento de 98 EES e 05 Feiras Agroecologias nos Territórios de Identidade do Sisal, e Portal do Sertão, frutos de um contratos firmados entre o MOC e com o Governo Estadual, Federal a Fundação Banco do Brasil. E com as instituições parceiras internacionais (Actionaid, KNH e TDH).

E foram preservadas as principais características do PFEES, quanto ao seu objetivo estratégico e quanto à sua divisão em três eixos como explicitamos a seguir:

- **Objetivo estratégico:** Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Agricultura Familiar e de comunidades tradicionais dos municípios

da área de abrangência do MOC, atuando na perspectiva de uma Economia que seja justa, inclusiva e Solidária, articulados em redes e organizados nos processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, fortalecendo a convivência com o semiárido.

- **Eixo Gestão e Participação Social:** com intuito de promover os processos de organização e articulação dos EES e das Redes, na perspectiva da autogestão, da equidade de gênero e participação social.
- **Eixo Acesso a Mercados:** com o intuito de Estimular os processos de produção e comercialização dos EES e Redes, para o acesso aos mercados (institucional, convencional e diferenciado) com ênfase no institucional.
- **Eixo Incidência Política:** com o intuito de Contribuir nos processos de fortalecimento das políticas de Economia Solidária a partir da participação da equipe nos espaços estratégicos de proposição/elaboração/coo execução.

II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2019

1. GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PFEES, no ano de 2019, deu continuidade ao acompanhamento técnico a duas Redes Regionais: Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária Arco Sertão (Arco Sertão Central) e a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE), além de 98 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, filiados às duas redes. Na sua grande maioria, são associações e cooperativas de produção formadas por homens e mulheres e empreendimentos não formais formados exclusivamente por mulheres. Acompanhou-se, igualmente, 05 Feiras Agroecológicas chegando no atendimento diretamente 1.830 pessoas e, indiretamente via as Redes Regionais, a 5.490 pessoas envolvidas.

Como estratégia, a equipe técnica do PFEES, seguiu na articulação dos Empreendimentos em rede à nível municipal em Santaluz, Retirolândia, Teofilândia, Riachão do Jacuípe, Ichu, Conceição do Coité e Araci . Fora, notórios os avanços destes grupos no acesso aos editais voltados a estruturação dos empreendimentos, nas Chamadas Públicas do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), a partir de uma construção coletiva. . Deu-se ênfase no acompanhamento técnico, na gestão dos projetos e na formação dos/as jovens Agentes Comunitários Rurais (ACRs), Agentes Comunitários de Apicultura (ACAs), Dirigentes, Empreendedores/as e Agricultores/as Familiares; deu-se também especial atenção à manutenção da validação de Declaração de Aptidão ao PRONAF, DAP Físicas e DAP jurídica, oportunizando acesso das redes e seus empreendimentos às políticas públicas de ATER, comercialização e acesso aos editais de estruturação e participação de Feiras e eventos.

Ao final do ano, o MOC juntamente com instituições parceiras promoveu o *I Ciclo de Saberes Por Um Sertão Justo*, espaço de troca de saberes e sabores, com a participação 25 empreendimentos de agricultores/as, exposição e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária com **afirmação da identidade rural e resistência no campo**.

2. ACESSO À MERCADOS

Neste aspecto, foram grandes os desafios enfrentados pelas Redes e EES, especialmente na manutenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Houve bloqueios e cancelamentos de DAP, impedindo às Redes e EES o acesso as políticas públicas e eventos voltados para Agricultura Familiar. Outro desafio, a falta de aporte de recursos do Governo para Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, modalidade Doação Simultânea, impactou os EES que comercializavam o excedente da sua produção ao Programa, diminuindo a renda para as famílias e gerando o aumento da insegurança alimentar das famílias vulneráveis no município e região, dado que estas famílias os produtos do Programa.

Neste contexto, a Rede e os EES passaram a dar prioridade ao PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar (Estadual e Municipal). A nível Estadual,

o PNAE pouco avançou no ano de 2019, não havendo lançamento de Chamada Pública e a liberação das compras diretas pelas escolas foram efetivadas no segundo semestre, o que acarretou as incertezas de produção para os/as agricultores/as familiares e investimentos na Rede e nos EES. O PNAE Município é outro grande entrave. Os municípios lançam chamadas tardias, há um aumento da concorrência vindo empreendimentos de outros municípios/territórios.

Na busca de caminhos melhores, as Redes e EES intensificaram na formação, divulgação, exposição e comercialização dos produtos nos eventos e na participação de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, exemplo da Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES), que é realizada anualmente em Salvador. E buscaram investir também nos pontos fixos de comercialização, como no Armazém da Agricultura Familiar localizado em Serrinha, e no Shopping Serrinha, Ciranda das Artes, localizado em Feira de Santana, Maria Bonita e Sabores do Nordeste, ambos localizados no município de Santaluz e Flor do Sertão em Araci.

Outra ação importante, foi a articulação do Fórum Baiano da Agricultura Familiar na negociação e abertura de espaço para comercialização pelas Redes na Assembleia Legislativa da Bahia ALBA, em Salvador, com funcionamento mensalmente. Outros espaços são nas Feiras Agroecológicas nos municípios de Riachão do Jacuípe, Serrinha e Retirolândia, com o funcionamento semanalmente e em processo de consolidação nos municípios de Conceição do Coité, Feira de Santana, Nova Fátima e Ipirá. Essa ação conta com interface com o Programa Água, Produção de Alimentos e Agroecologia (PAPAA) e parceria com o poder público local.

Com todos os esforços, as duas Redes manifestaram perdas no seu Demonstrativos de Resultados do Exercício de 2019, devido vários aspectos já citados, exemplo do bloqueio, cancelamento da DAP Física e Jurídica, impedindo a participação das chamadas públicas institucionais, a redução de serviços prestados no fornecimento buffet nos eventos, como também a fragilidade na gestão financeira das Redes. Contudo no ano de 2019, as Redes e os EES filiados

comercializaram no valor total de R\$ 5.565.000,00 (cinco milhões e quinhentos e sessenta e cinco mil reais).

E famílias assessoradas pela equipe do PFEES, tiveram acesso ao Programa de Fomento Rural ligada ao Ministério da Cidadania, garantindo investimento na Unidade Produtiva Familiar, garantindo a melhoria da produção e renda. Foram 65 famílias beneficiadas com o Programa, com valor total dos recursos liberados de R\$ 156.000,00. (cento e cinquenta e seis mil reais).

Com relação às duas Redes, ambas com Projeto Aliança Produtiva envolveram empreendimentos filiados do território para investimentos na melhoria da produção, comercialização e incremento na renda familiar. Em seguida, o detalhamento das ações das Redes no ano 2019.

a) Rede Arco Sertão Central

O Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária, em 2019 intensificou a comercialização dos produtos das suas filiadas e empreendimentos parceiros nos dois pontos fixos localizado no município de Serrinha e frente aos Mercados Institucionais e Varejista e participou também, nas licitações públicas. Vale destacar, a comercialização nas participações de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária e eventos.

Em 2019, foram comercializados em valores de R\$ 1.094.000,00 (um milhão e noventa e quatro mil reais), pelos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES via Arco Sertão Central, gestora do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária, nos mercados institucionais (PAA institucional) com órgãos federais referente a três contratos (Instituto Federal Baiano – Campus Serrinha, 19º Batalhão de Caçadores e 1º Companhia de Infantaria) e com (PNAE Município e PNAE Estado) nas Prefeituras de Salvador, Serrinha e Nova Fátima e em quatro Escolas Estaduais do município de Serrinha, e as vendas à varejo e prestação de serviços no fornecimento de alimentação, sendo 89% deste valor para os mercados institucionais (PNAE Municipal, PNAE Estadual e PAA Institucional).

b) Rede COOPEREDE:

A COOPEREDE, como estratégias de comercialização, usou os espaços solidários, localizados no município de Feira de Santana, e em outros espaços solidários dos EES filiados, dois em Santaluz e um em Araci com vendas de artesanatos e alimentos. A COOPEREDE no espaço solidário presta serviços, onde a mesma trabalha com o fornecimento de alimentação e hospedagens participando de licitações públicas.

Intensificou a comercialização nas Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária e eventos em vários municípios da região.

Em 2019, os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES formados exclusivamente por mulheres via COOPEREDE comercializaram o montante de R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais), nas vendas produtos de artesanatos, alimentícios in natura, processados e na prestação de serviços com os fornecimentos de Buffet e hospedagens.

3. INCIDÊNCIA POLÍTICA

Considerando a importância de incidir na construção de políticas , a equipe técnica do PFEES e as Redes (Arco Sertão Central e COOPEREDE), buscaram a inserção em diversos espaços de construção e implementação das políticas públicas, entre os quais destacamos: Fórum Baiano de Economia Solidária (FBaES, Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF), Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia (CET), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Câmara Técnica Estadual de Comercialização, Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia, Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe e Conselho Regional de Desenvolvimento Territorial Portal do Sertão da Bahia.

Estas ocupações de espaço das Redes e dos Empreendimentos Econômicos Solidários adentram na luta pelos direitos dos/as agricultores/as familiares, no

acesso aos projetos para estruturação dos empreendimentos, na ampliação do acesso aos mercados para a comercialização dos produtos.

E em 2019, as 02 redes (Arco Sertão Central e COOPEREDE) e EES filiados na participação da plenária de Economia Solidária para tratar da Emenda à Constituição (PEC) 69/2019, que pretende incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica.

4. CONCLUSÕES - RESULTADOS E PERSPECTIVAS PARA 2019

O ano de 2019, não foi tão diferente dos anos anteriores sendo desafiador para o Programa de Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (PFEES), devido diminuição do aporte de recursos dos governos para política pública voltada para Economia Solidária e Agricultura Familiar, com ATER para as famílias e EES, recurso para Programa Aquisição de Alimentos – Modalidade Doação Simultânea entre outros. Nesse contexto, os EES vem articulando em redes territorial e municipal no fortalecimento no acesso aos mercados (PNAE e feiras agroecológicas), na participação de eventos, feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, no acesso a editais, como também no desenvolvimento de ações em outras áreas. Esta estratégia tem sido importante para autonomia e união dos EES, que puderam dialogar e negociar entre eles, de forma justa e solidária, para a articulação e desenvolvimento de suas ações tanto de formação, como de organização política no município e no território.

Em 2019, a equipe técnica do PFEES intensificou suas ações junto aos empreendimentos na melhoria de informações e apresentação dos produtos com o desenvolvimento das tabelas nutricionais, marcas e rótulos. E na articulação como os órgãos competentes para a certificação da agroindústria e dos produtos de origem animal, bem como o vegetais, como a polpa de frutas.

Desenvolveram-se também ações voltadas na implementação dos projetos de investimentos pelo Bahia Produtiva e LeanGold e de comercialização para os mercados institucionais, nas orientações com os/as dirigentes e colaboradores do

empreendimentos na gestão dos projetos próprios de custeio, investimento e de comercialização.

Contudo, apesar dos avanços ainda existem muitos desafios a serem superados no ano 2020. Entre eles, os mais relevantes, podemos citar os seguintes:

- A redução e cortes de verbas destinadas dos Programas Institucionais e políticas públicas, fragilizando os processos produtivos das Redes (Arco Sertão Central e COOPERREDE) e dos EES filiados;

E implementação de processo

- Incipiente o desenvolvimento de novos produtos, da Redes (Arco Sertão Central e COOPERREDE) e EES filiados com as demandas de mercados;

- Ampliação na participação e autonomia dos/as agricultores/as familiares na organização e gestão das Feiras Agroecológicas e a certificação participativa da produção/produtos.

Continuam assim grandes desafios:

- a) Acesso a recursos que garantam a estruturação das Redes e Empreendimentos ;
- b) Regulamentação sanitária acessível aos agricultores familiares; a falta desta dimensão tem bloqueado muitos processos de beneficiamento e comercialização por parte dos agricultores;
- c) Intensificação, por parte dos empreendimentos de estudo e implementação de modalidades gestoras mais participativas e eficientes.

ATIVIDADE	QUANTIDADES REALIZADAS	PÚBLICO ENVOLVIDO / BENEFICIÁRIO		
		CARACTERIZAÇÃO	PARTICIPANTE (por atividade)	TOTAL
Seminário Territorial de Representantes de Beneficiários	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	14	28
Encontros Comunitários	31	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento	22	682

		Econômico Solidário (EES)		
Oficinas de Formação e Capacitação ACR	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	12	24
07 – Encontros municipais de qualificação na organização e gestão das feiras agroecológicas e temáticas (contrapartida)	07	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	15	105
02 – Encontros de planejamento, monitoramento e avaliação dos EES e Redes	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	60
02- Oficinas municipais com famílias e grupos de produção sobre a dimensão da agroecologia e gênero como elemento estratégico para o desenvolvimento comunitário.	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	40
03 Oficinas municipais com os empreendimentos sobre Boas Práticas de Fabricação e Alimentação Saudável.	03	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	60
03 Encontros municipais para discussão, definição, monitoramento e avaliação do acesso ao PNAE com os empreendimentos.	03	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	60
02 Audiências públicas sobre o PNAE, com gestores, parceiros e empreendimentos.	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	60
10 Visitas técnicas para orientação e elaboração de propostas de comercialização para o PNAE.	10	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	100
01 – Audiência Pública regional sobre mercados institucionais com as Redes (	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	40	40

COOPERREDE e Arco Sertão Bahia) e seus filiados/as.				
10 Visitas técnicas para orientação e elaboração de propostas de comercialização para o PNAE.	10	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	100
Reunião das redes de EES municipais	84	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	1.680
Visitas Técnicas para orientação e elaboração de propostas de investimentos e custeios para os editais abertos.	30	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	300
04 – Elaboração do Plano de Negócios de 4 EES	04	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	60
04 - Oficinas comunitárias de qualificação da produção das famílias com base nos princípios da ECOSOL (Miranda, Rose, Mucambinho e Jitaí)	04	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	80
Apoiar a participação nos espaços de incidência política com visitas a garantia dos direitos humanos nas diferentes áreas.	10	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	3	30
Apresentação, sensibilização e identificação das famílias, áreas comunitárias/familiar, com foco no manejo sustentável e agroecológico do bioma caatinga (4hs);	08	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	240
Formações da gestão, conservação, preservação e multiplicação das sementes da terra crioulas comunitárias agroecológicas (8hs);	1	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	20
Encontros de	1	Agricultores/as familiares	40	40

Planejamento, monitoramento e avaliação de ações estratégicas para enfrentamento dos problemas identificados no diagnóstico como básicos e impeditivos de melhor desempenho no acesso aos mercados dos empreendimentos pela Rede de Produtora da Bahia (16hs);		organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)		
Visitas técnicas aos municípios para diagnosticar, <i>elaboração do plano de ações, monitoramento e identificar novas demandas dos EES</i> e orientação para a certificação agroecológica (4hs);	14	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	5	70
Visitas técnicas aos municípios para orientação e suporte na elaboração de projetos para o acesso aos mercados institucionais (PAA, PNAE e Compras públicas) (4hs);	14	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	5	70
Visitas técnicas orientação e implantação quintais produtivos, nas unidades de referências comunitárias/familiares (4hs);	14	Agricultoras familiares	5	70
<i>Encontros municipais para discussão, definição, monitoramento de questões de comercialização (PNAE, feiras e mercado)</i>	3	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	21	63
<i>Oficinas sobre empoderamento feminino, participação política e economia financeira com as</i>	1	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento	45	45

<i>juvens mulheres</i>		Econômico Solidário (EES)		
<i>Visitas técnicas para orientação e elaboração de propostas de comercialização para o PNAE e feiras (em parte contrapartida prevista)</i>	3	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	6	18
<i>Oficinas municipais com os empreendimentos sobre Boas Práticas de Fabricação e Alimentação Saudável</i>	3	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	60
<i>Reuniões para discussão e articulação de Feiras Agroecológicas nos municípios (implementação e fortalecimento)</i>	3	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	7	23
Visita Técnica Nível 1	198	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	5	990
Visita Técnica Nível 2	218	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	5	1090
Oficina Individual	25	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	500
Oficina Coletiva - Acesso a Crédito, e Finanças Solidárias	1	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	20
Oficina Coletiva - Alimentação saudável com elaboração de cardápio com Plantas Alimentícias não Convencionais – PANCs	1	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	20
Oficina Coletiva - Mercados Cooperativos	1	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	20
Oficina Coletiva - Regularização Sanitária	1	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	20
Reunião Anual com Potenciais Compradores	1	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento	20	20

		Econômico Solidário (EES)		
Reunião semestral de planejamento e acompanhamento de atividades	1	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	12	12
Adesão e Cadastro do Empreendimento	40	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	5	200
Diagnóstico do Empreendimento	40	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	5	200
Elaboração do Projeto de Gestão do Empreendimento	40	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	8	320
Seminários regionais de apresentação e avaliação das ações do projeto junto aos empreendimentos filiados à ARCO SERTÃO, Rede de Produtoras da Bahia e organizações parceiras	1	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	30
Visitas técnicas aos municípios para aplicação do diagnóstico, elaboração do plano de ações, monitoramento e identificar novas demandas dos EES;	20	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	200
Oficina regional para construção do regimento interno do fundo rotativo solidário e definição da comissão gestora do mesmo.	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	30
Reuniões com a Rede municipal de EES (Araci, Conceição do Coité, Santaluz, Feira de Santana e Riachão do Jacuípe) para planejar, monitorar e avaliar as ações de criação e gestão do fundo rotativo solidário.	10	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	15	150
Reuniões regionais de negociação e captação de valores para os Fundos	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	30

Rotativos Solidários				
25 Reuniões com a rede municipal de EES para elaboração Planos de Negócios/Estudo de Viabilidade dos Fundos Rotativos Solidários e implementação.	10	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	100

PROGRAMA DE ÁGUA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA (PAPAA)

I. INTRODUÇÃO

O Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia- PAPAA, tem como seu objetivo *estratégico Famílias, comunidades da área de atuação do MOC, fortaleçam a segurança alimentar Nutricional e diversifiquem sua produção, através da incidência política e da implementação de processos e práticas agroecológicas de convivência com o Semiárido, em parceria com as organizações da sociedade civil.*

Por um processo de intensificação de mudança e transformação, o PAPAA teve uma desaceleração nas ações que colaboravam para com o alcance de seu objetivo estratégico. Isso ocorreu em virtude da fragilização de diversas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, e a garantia do acesso aos alimentos; importantes espaços de construção, proposição e Monitoramento de políticas sociais foram desarticulados e até extintos, a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional órgão extinto em 01/01/2019. Com isso as instituições Sociais que atuam no campo dessa política, foram forçadas a re-desenhar a caminhada, o que culminou numa diminuição significativa das ações desenvolvidas junto aos sujeitos de direitos e de seu quadro de colaboradores.

Sendo assim, no ano de 2019 o Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia- PAPAA, buscou se fortalecer nos diversos espaços de incidência política, como Fóruns, Redes de articulação, conselhos e setores organizados da sociedade civil, unindo forças para criar espaços e estratégias coletivas de garantia de direitos, dado que a erradicação de programas e projetos que viabilizam acesso aos alimentos, tem ampliado de forma avassaladora a desigualdade e injustiças sociais, trazendo de volta a fome à mesa das famílias.

Com esse perfil característico de resistência em busca de novas formas de permanecer no campo junto às famílias, comunidades e municípios, construímos novas estratégias e relações, de forma a permitir executar algumas ações e permanecer em municípios estratégicos dando continuidade aos serviços de assessoria técnica e extensão rural. Intervindo na realidade e construindo novos saberes junto ao público de nossa atuação.

Obviamente que estas ações tomam como orientação e se baseiam na perspectiva de fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica e extensão rural – ATER sistemática, ampliando a cultura do estoque como estratégia de produção, armazenamento, conservação e multiplicação das técnicas e práticas de convivência com semiárido e da agroecologia, promovendo o estoque de água para consumo familiar, água para educar, água para produção de alimentos e dessedentação animal, sementes crioulas, ampliando e fortalecendo a soberania e segurança alimentar nutricional e geração de renda para a agricultura familiar.

II. RELAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E MUNICÍPIOS

Território do Sisal: Quijingue, Barrocas e Teofilândia Araci, Serrinha, Ichu, Barrocas, C. do Coité, Retirolândia, Santaluz, Nordestina Cansanção, Tucano, Biritinga e Monte Santo, Cansanção, Itiuba.

Território Bacia do Jacuípe: Ipirá, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra, Nova Fatima, Capela do Alto Alegre

Território Portal do Sertão: Feira de Santana, Santa Bárbara, Conceição da feira e São Gonçalo, em parceria com a COOPESER.

Além disso Novos Territórios e municípios foram inseridos na nossa atuação em 2019;

Território nordeste II - Nova Soure.

Território de Litoral Norte e Agreste Baiano - Itapicuru e Crisopolís.

Território Piemonte Norte do Itapicuru – Campo Formoso, Andorinha, Filadélfia, Ponto Novo e Pindobaçu.

As ações e atividades em 2019 se basearam nas linhas e objetivos estratégicos do programa e da instituição, que serão descritas de forma sintética e

transparente para informar ao seu público, seus apoiadores e a sociedade sobre o desempenho durante este período.

III. LINHAS ESTRATEGICAS E OBJETIVOS

Objetivo específico 01- Contribuir para a universalização do acesso a água de consumo familiar e ampliar o acesso à água em escolas do campo.

Objetivo específico 02 - Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido na perspectiva da agroecologia.

IV. ATIVIDADES REALIZADAS POR OBJETIVO

Como mencionado acima, o Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia- PAPAA teve em 2019 um dos seus maiores cortes, diminuindo drasticamente número de projetos executados, tudo resultado da crise política – financeira que o Brasil vem sofrendo. Naturalmente estes cortes chegam também aos Estados. Vale destacar que em 2019 ocupamos os diversos espaços políticos e de incidência a fim de buscar a permanência dos programas que impulsionam e criam condições para continuar a construir processos de superação das injustiças e da desigualdade.

Alguns espaços se fizeram muito mais intensos na luta e resistência ao desmonte do acesso aos direitos, desafiando as organizações sociais a construir caminhos e estratégias coletivas no estado. Destacando o papel e importância da participação do MOC, através do Programa de Água e Produção de Alimentos na Articulação Semiárido Brasileiro – ASA, no Fórum Baiano da Agricultura Familiar – FBAF, Articulação de Agroecologia da Bahia – AABA, sendo estes espaços importantes para pensar coletivamente a condução das demandas e necessidades das políticas sociais e defesa dos direitos humanos, como também, nas temáticas emergenciais e estratégias para o rural.

Marco dessa estratégia em articulação coletiva foi a cobrança ao governo do estado da Bahia, da efetivação dos programas e políticas sociais, em especial, a ATER e programa de tecnologias sociais de captação de água das chuvas. A partir desta articulação que muitas organizações conseguiram regularizar sua situação nos cumprimentos das metas e no recebimento dos recursos financeiros do estado; uma outra grande conquista desse coletivo foi pautar e cobrar a contratação da chamada pública de agroecologia e de Mulheres, lançada em 2018 e sem contratação, consolidando-se a contratação apenas no segundo semestre de 2019, resultado dessa ação coletiva, e que já se aponta para uma nova perspectiva concreta, de ação junto às famílias em 2020, com serviços de ATER público e gratuitos e de base agroecológica, com valorização dos saberes e da construção de processos criativos de superação das relações sociais, econômicas e ambientais.

É no cenário de desaceleração, de percas e de muitas dificuldades que O Programa de Água e Produção de Alimentos e Agroecologia, permaneceu ao longo de todo o ano de 2019.

Objetivo 01 – Contribuir para a universalização do acesso a água de consumo familiar e ampliar o acesso à água em escolas do campo.

Atuamos, com a implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para o consumo humano/ familiar, de maneira bem tímida, se comparada a atuação com aquela de anos anteriores. Com financiamento do Ministério da Cidadania –MC. Alcançamos 319 famílias, sendo que destas, 161 residem em comunidades quilombolas dos municípios de Pindobaçu e Campo formoso. Dessa ação conjunta foram implementadas 158 cisternas em unidades familiares, correspondendo a aproximadamente 790 pessoas com potencial de estoque de água da chuva para consumo humano. E ainda 12 cisternas em unidades escolares chegando a aproximadamente 600 pessoas.

Acentua-se neste contexto a ação com as comunidades quilombolas como uma experiência nova, desafiadora e muito importante por possibilitar atuar em um novo território e junto às comunidades, debatendo o direito dos povos tradicionais as águas. Iniciado em 2019 e com final previsto para 2020 a ação conjunta nas comunidades de água para as famílias e água para as escolas possibilitou que nos

municípios de Campo Formoso e Pindobaçu, algumas comunidades tivessem famílias e escolas beneficiadas. Experiência extraordinária, que tem promovido um diálogo coletivo de fortalecimento dos quilombos. Queremos destacar alguns aspectos do processo:

- Realização de um momento coletivo, com as organizações que atuam nas comissões executivas municipais, formação com objetivo de diálogo sobre caminhos para efetivação dos direitos, e atuação em comunidades quilombolas com acesso às águas.
- Chegamos a 319 famílias num processo de seleção para terem acesso a tecnologias sociais de armazenamento de água, sendo destas, 161 quilombolas.
- Foi realizado a formação em Convivência com o Semiárido e Gerenciamento da água para 319 famílias beneficiárias com as cisternas familiares.
- Foram implementadas 380 cisternas de placas com potencial de armazenamento de 16.000m³ cada, criando condições de estoque de aproximadamente 6.080.000m³ de água da chuva para as famílias.
- Foram selecionadas 47 escolas do campo para receberem cisternas de placas, para armazenamento de águas para as escolas.
- Comunidades rurais onde as cisternas nas escolas serão construídas participaram dos encontros de comunidades locais, foram 56 realizados com colaboradores das escolas pais e alunos das escolas.
- Professores, coordenadores e diretores escolares estiveram dialogando sobre educação do campo contextualizada e ensino contextualizado em comunidades quilombolas, em 09 oficinas realizadas e que tiveram o total de 112 colaboradores escolares.
- Merendeiras, zeladoras e colaboradores do preparo dos alimentos das escolas selecionadas, para receberem as cisternas de placas, trocaram dialogaram sobre a gestão da Água escola e trocaram experiência sobre práticas de manuseio e conservação das cisternas, foram 03 oficinas que contou com 75 profissionais das escolas.

- Foram 10 novos profissionais capacitados, na técnica de construção de cisternas de placas, em 01 oficina que dialogou teoria e pratica da implementação dessa tecnologia.
- Houve a implementação de 12 cisternas de 52.000m³ cada, em escolas do campo, sendo destas 05 em comunidades quilombolas, viabilizando o potencial de estoque de 624.000m³ de água, para uso escolar.

Número de atividades	Atividade realizada	Quantidade média de pessoas/famílias por atividade	Quantidade de total de participantes
01	Capacitação das comissões Municipais do P1MC.	30	30
15	Reuniões de Seleção e cadastramento das famílias.	20	300
11	Capacitação das Famílias em convivência com o Semiárido e Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRH.	30	330
380	Construção das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água de 16.000m ³ - Familiar.	380	380
56	Encontros comunitários cisternas escolas.	20	1.120
03	Capacitação da comunidade escolar, em convivência com o Semiárido e Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRHE	25	75
09	Formações de Professores/diretores/coord. Pedagógicos em Educação Contextualizada.	25	225

12	Construção das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água de 52.000m³ - Escolar.	50	600
01	Capacitação de Pedreiros na técnica de construção de cisternas familiares.	10	10
			3.070

Objetivo 02 - Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido na perspectiva da agroecologia.

Com as ações de Assistência Técnica e Extensão rural, houve continuidade de fechamento de algumas atividades dos contratos de Ater firmados em 2015, com início de execução em 2016, financiados pela Superintendência de Ater da Bahia - Bahiater da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado, onde se prevê o acompanhamento, durante três anos consecutivos, a um montante de **2160 famílias** que em média totalizam **8.640 pessoas** atendidas diretamente.

Mesmo com todo o desmonte das políticas públicas em 2019, conseguimos executar pelo programa de Água Pra Todos em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural /Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – SDR/CAR um projeto de tecnologias sociais de captação de água das chuvas, cujo objetivo central era ampliação do acesso a água para produção de alimentos e dessedentação animal, através da implementação de 181 tecnologias sociais, sendo 45 barreiros trincheira famílias e 136 cisterna calçadão em 04 municípios baiano, Itapicuru, Crisópolis, Biritinga e Nova Soure, além das tecnologias as famílias atendidas por estes projeto participaram de diversos processo de formação, cursos e intercâmbios, favorecendo a construção de conhecimento..

Destacamos alguns avanços significativos. tais como:

- ✓ Permanência das ações de ATER em pelo menos 06 municípios de nossa abrangência, atendendo aproximadamente 480 famílias, garantindo a prestação de serviço de ATER gratuito.
- ✓ Cerca de 181 famílias participando de atividades de intercâmbio de experiências a nível municipal e intermunicipal e ampliando conhecimento e novas práticas de produção de alimentos;
- ✓ Continuidade dos debates sobre a conjuntura política brasileira e outras temáticas importantes como as relações sociais de gênero, Sementes crioulas, organização social;
- ✓ Continuidade na organização e manutenção das Feiras Agroecológicas semanal dos municípios Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra,
- ✓ Acesso a política pública de crédito assessorado e orientado para investimento e aplicado de acordo com a potencialidade da UPF, como também o acesso ao Programa do Garantia Safra;
- ✓ Implementação de 136 cisternas calçadão e 45 barreiros trincheira familiar, com vista a produção de alimentos e dessedentação animal;
- ✓ Fortalecimento e ampliação dos processos coletivos das práticas da cultura do estoque, especialmente alimento, água, animal e sementes.

Para o alcance destes resultados foram realizadas, dentre outras, as atividades de:

Número de atividades	Atividade realizada	Quantidade média de pessoas/famílias por atividade	Quantidade Total de participantes
110	Visitas para orientação técnica as UPF's	110	110
160	Visitas para orientação técnica as UPF's de forma coletiva	9	1440
225	Cursos/Oficinas para troca de experiências e adoção de práticas para a convivência com o Semiárido e Agroecologia.	20	4500
01	Intercâmbios entre	181	181

	agricultores para Troca de Saberes em estocagem de água e produção de alimentos;		
07	Curso de gestão de água para produção de alimento	26	181
07	Curso de Sistema simplificado de água para Produção -SISMA	26	181
02	Capacitação das comissões municipais	15	30
02	Curso de pedreiros e pedreira para construção de cisterna calcadão	40	80
02	Roças comunitárias para multiplicação sementes crioulas (Santaluz e Retirolândia)	15	30
			6.733

V. CONCLUSÃO

O cenário vivido em 2019, com redução de aproximadamente 70% de sua equipe forçou o programa a uma diminuição drástica de atividades. Podemos assim, dizer que as estratégias utilizadas na perspectiva de garantir a permanência em algumas comunidades e municípios nos mostrou o quanto há necessidade de lutarmos e resistirmos para que os direitos sejam efetivados, uma vez que, aonde estes serviços permaneceram houve um maior desenvolvimento das famílias, sejam pela transformação das suas unidades familiares, sejam pelo acesso às políticas públicas, tais como garantia safra, DAP, PNAE, acesso às águas entre outras. Ao lado disso se pode perceber, sem sombra de dúvida, a importância e papel da ocupação dos espaços em Fórum, redes, articulações e Conselhos em que atuamos, como instrumento e meio de construção da justiça social e da efetivação dos direitos. De fato, foi o agir coletivo que nos deu condições de trilhar caminhos novos e já trilhados anteriormente, mas que nos colocaram numa nova perspectiva para 2020, a partir da concretização do contrato da chamada de ATER

agroecológica, continuidade de das ações do projeto cisternas agua de beber e de educar em comunidades quilombolas.

Enfim, findamos o ano com sentimento do quanto foi difícil, dolorido e árduo, mas também do quanto foi importante criar estratégias e usar nossa criatividade nos processos, pois nosso comprometimento em viver noutro mundo justo, democrático e solidário é cada vez maior. O que nos movimenta é compromisso com a agricultura familiar. Lutar pelo rural vivo e por direitos!

PROGRAMA DIREITOS HUMANOS

I. INTRODUÇÃO

O relatório anual apresenta a caminhada de 2019, em que o MOC passou por um processo de redefinições das suas áreas programáticas. Nesta redefinição este Programa passou a denominar-se **Direitos Humanos**, sob a proposta de trabalhar com ações efetivas que corroboraram para ressignificar a busca e acesso aos direitos humanos das mulheres, das Juventudes e das Crianças e Adolescentes de forma justa, igualitária e democrática na região. Se

A declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foi escrita para delinear e proteger os direitos básicos e liberdades fundamentais que pertencem a cada um e cada uma em toda e qualquer parte do mundo, independentemente de cor, gênero, orientação sexual, religião.

No ano de 2019 o Brasil experimentou sucessivos ataques à democracia com uma agenda abertamente anti-direitos humanos proferida por líderes políticos, colocando em risco a vida de milhares de pessoas, de modo especial população negra, indígenas, ativistas dos direitos humanos, ambientalistas, mulheres, crianças e adolescentes quando os discursos começam a se materializar em medidas concretas. O Programa de Direitos Humanos do MOC caminhou na perspectiva de desenvolver ações como formação política, intercâmbios, oficinas, reuniões e campanhas que impulsionassem a proteção aos sujeitos em maior situação de vulnerabilidade, através do fortalecimento de redes garantidoras de direitos e acionamento dos mecanismos de proteção instalados nos municípios e territórios de atuação do MOC.

Os sujeitos priorizados nas ações desenvolvidas pelo Programa de Direitos Humanos foram mulheres, juventudes, crianças e adolescentes (Sistema de Vínculos Solidários-SVS), de modo que envolveu familiares e redes de detentores de direitos nos municípios e comunidades de atuação dos projetos. Há de considerar que a nomenclatura do programa (Direitos Humanos) não retira ou isenta dos demais programas do MOC a sua essência de defensores/garantidores de direitos fundamentais (água de qualidade, educação, alimentação saudável), tornando o conjunto da instituição como parte de uma rede que pode e deve impulsionar o acesso aos direitos básicos e liberdades fundamentais.

Diante do contexto e em cumprimento aos compromissos acordados com as comunidades, parceiros e financiadores, destacamos os caminhos percorridos com os objetivos priorizados, as atividades realizadas, os resultados alcançados, desafios enfrentados e já identificando a perspectiva para 2020.

II - EIXOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS – DESCRIÇÃO

Deste modo, as ações realizadas e resultados alcançados se deram à luz dos seguintes eixos e objetivos estratégicos seguindo a lógica das áreas de direitos definidas para o ano de 2019:

Direitos das Mulheres - Contribuir com o empoderamento sociopolítico, econômico e cultural das mulheres para que avancem com suas famílias, comunidades e organizações na construção de relações justas e solidárias na perspectiva da promoção da igualdade e equidade de gênero e raça;

Protagonismo Juvenil - Promover o protagonismo juvenil de modo a participarem de espaços democráticos, advogarem pelos seus direitos e influenciarem em decisões que afetam suas vidas e de suas comunidades;

Direitos das Crianças e Adolescentes - Fomentar o protagonismo de crianças e adolescentes, ampliando suas capacidades para reconhecerem as situações de violações e incidirem nos espaços de proteção e garantia dos seus direitos.

1.O eixo dos direitos das mulheres estava organizado em linhas estratégicas que nortearam as ações desenvolvidas, dando ênfase nas demandas apresentadas pelas organizações de mulheres assessoradas em 09 municípios localizados nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, dentre elas, Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Secretarias de Mulheres dos Sindicatos de trabalhadores rurais e Associações municipais de mulheres. O programa atuou de modo a fortalecer essas organizações e promover ações de enfrentamento a violência contra mulheres e meninas, bem como a incidência política do programa e dos sujeitos nos espaços locais, municipais, territorial, estadual. Desse modo, atuamos a partir das seguintes linhas estratégicas:

- a) Transversalidade de Gênero - Desenvolver com os programas e projetos do MOC ações estratégicas na dimensão de gênero com vistas à promoção da igualdade entre mulheres e homens no Semiárido baiano-** Para isso o programa promoveu ações com outras áreas programáticas do MOC criando estratégias de interface no sentido de instrumentalizar e dar suporte para que as atividades realizadas na ponta possam ter o olhar crítico sobre as relações de gênero estabelecidas e de alguma maneira contribuir para a igualdade de participação e oportunidades entre homens e mulheres, meninos e meninas.
- b) Enfrentamento à violência contra meninas e mulheres rurais e periurbanas - Promover formação e informação articulada com homens e mulheres para o acesso aos mecanismos de prevenção e enfrentamento a violência doméstica, familiar e institucional contra as mulheres-** O ano de 2019 foi desafiador para as mulheres diante do

cenário de negação de direitos e corte nos orçamentos que seria direcionado para as políticas públicas de proteção e garantia dos direitos das mulheres. O ponto forte do programa foi a realização da campanha **#Pelavida de Mulheres e Meninas** que desenvolveu ações diversas junto a outros parceiros e conseguiu envolver o maior número de jovens em torno do debate sobre os padrões de masculinidades e sua relação com a violência. Houve um engajamento maior por parte das mulheres e do poder público em alguns municípios.

c) Assessoria sociopolítica as organizações de mulheres – Potencializar as organizações de mulheres mediante assessoria e qualificação política para maior incidência nos espaços de definição, controle social e acesso às políticas públicas visando à garantia dos seus direitos - O trabalho realizado com as organizações de mulheres se faz necessário ainda mais nesse momento de criminalização dos movimentos sociais. O papel do programa frente a essa demanda é contribuir na estruturação e fortalecimento destas organizações para que continuem sendo instâncias de representação das mulheres rurais e periurbanas.

Além das estratégias acima delineadas é de se destacar que a Incidência Política- é uma estratégia para atuar em espaços de proposição, acesso e controle social das políticas públicas de maneira que possamos intervir diretamente na proteção dos direitos das mulheres, juventudes, crianças e adolescentes, pautando questões que sejam do contexto de vida da população rural, compreendendo nossas pluralidades e especificidades. Neste campo, incentivamos e apoiamos as lideranças a atuarem também em espaços de poder e decisão nos seus municípios e territórios, além de integrar redes e fóruns de maneira a coletivizar pautas e bandeiras de lutas consideradas mais estratégicas. Vale destacar alguns espaços ocupados pelo programa como:

- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres;
- Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos;
- -Fórum Estadual de Prevenção e Enfrentamento a Violência as Mulheres do Campo;
- GT de Mulheres da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia);
- Rede Nordeste ATER, Feminismo e Agroecologia;

2 - Protagonismo juvenil - No que se refere às Juventudes Rurais, o MOC retomou seu trabalho mais profundo com olhar na construção participativa, com a garantia de atividades e espaços que possibilitaram escutar a respeito dos anseios, problemas, desejos e sonhos de construir um Sertão mais Justo, com os/as jovens das comunidades rurais nas quais a instituição tem atuação, através de outros jovens a frente da construção desse processo, que permitiu coletar e sistematizar elementos e informações importantes para subsidiar a linha de base na elaboração de ações futuras para as juventudes rurais. Por isso, vale ressaltar que as juventudes rurais enfrentam grandes desafios nas suas realidades, gerados pela falta de políticas

públicas que garantam de fato seus direitos, com oportunidades de autonomia e protagonismo, ou seja, uma realidade que afeta a vida de jovens rurais e promove o esvaziamento do campo.

Desse modo, o esforço do programa se deu no sentido de mobilizar e contribuir para ampliação do protagonismo de modo a incentivar e apoiar a atuação da juventude em espaços estratégicos, na sua auto-organização, no desenvolvimento de ações comunitárias e na formação política para que atuem como agentes multiplicadores e sujeitos políticos autônomos. Ressaltamos também a importância da incidência da juventude na elaboração de políticas públicas que garantam seus direitos. Para isso, foram realizadas importantes reflexões, compartilhamentos de ideias e vivências, além de construções de elementos para avançar nesse processo do empoderamento juvenil no Semiárido baiano.

3. Direitos de Crianças e Adolescentes- no ano de 2019, as ações do Sistema de Vínculos Solidários (SVS), continuou contribuindo para as Crianças e Adolescentes serem protagonistas de suas histórias e de histórias de mudanças nas suas comunidades. As atividades desenvolvidas tem o propósito de ampliar as capacidades dos sujeitos para que (re)conheçam seus direitos e possam atuar na leitura crítica da sua realidade, e assim propor ações e políticas que garantam e protejam seus direitos. As vozes das crianças e adolescentes devem ser valorizadas e respeitadas, propondo espaços de discussão e ampliação de conhecimentos.

Nessa perspectiva, o Projeto “Retocando Vidas no Semiárido”, nas Comunidades de Lajinha, Lagoa Grande e Vista Bela de Retirolândia e o início da II Fase do Projeto Cirandando Pelos Direitos nas Comunidades de Miranda, Mucambinho e Rose, e Vargem Funda, no município de Santaluz fortaleceram o processo de mobilização comunitária envolvendo famílias, jovens, organizações locais, fomentou o protagonismo das crianças e adolescentes e o sentimento de pertença para as mudanças nas suas comunidades.

A instalação e implementação da Rádio Poste na comunidade de Vargem Funda em Santaluz e Vista Bela em Retirolândia, vem contribuindo para esse processo de protagonismo, com mudanças significativas que acontecem na vida das crianças e adolescentes, sendo perceptível o quanto estão mais desenvolvidas na oralidade, na capacidade de se expressarem e na elaboração de pautas e realização de programas de rádio. Ao se tornarem comunicadoras/es comunitários, as crianças e adolescentes apresentam melhoria na escrita e na leitura, isso foi visível na elaboração das mensagens para os cooperantes/doadores, e participação nas oficinas lúdicas e ainda nos debates sobre defesa e proteção dos seus direitos. É importante ressaltar que os processos dos vínculos solidários acontecem também no Projeto “Parceiros Por Um Sertão Justo” nos municípios de Araci, Conceição do Coité, Ichu, Nova Fátima, Quijingue, Riachão do Jacuípe e Serrinha, atendendo mais de 70 comunidades.

III. ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

A partir dos objetivos traçados, o programa conduziu à realização de suas ações com trocas de saberes, fazeres com/pelas juventudes, mulheres e meninas, crianças e adolescentes a luz dos resultados almejados, para isso, foram elaborados planejamentos, monitoramentos e avaliações com equipe interna, além de estabelecer conexão com as organizações parceiras, para corroborar na amplitude da implementação das suas ações para proteção dos Direitos Humanos, através de cada área de direito, como:

1. Direitos das Mulheres – as atividades realizadas com as mulheres adotam a estratégia de regionalização, entendendo como essencial a partilha das experiências e estratégias de cada organização, sejam Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Secretarias de Mulheres dos Sindicatos, bem como Associação de Mulheres. Sendo assim, as atividades aconteceram em sinergia com estas e outras organizações parceira, além de contar com a integração do poder público, principalmente nas campanhas de enfrentamento a violência de gênero, tendo em vista o apoio financeiro e pedagógico dos seguintes parceiros: Terre des Hommes Suisse, Actionaid e KNH. Desse modo, a partir da área específica dos direitos das mulheres destacamos as atividades implementadas e os respectivos resultados que mexem positivamente na vida das mulheres e meninas, nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, a saber:

2. Atividades realizadas: Encontros de planejamento e avaliação das ações das organizações de mulheres; Oficinas com meninas sobre as relações de gênero e raça; Encontros Comunitários com mães, pais e responsáveis, sobre as relações sociais de gênero e para debater a divisão justa do trabalho doméstico; Oficinas comunitárias com mães e mulheres sobre prevenção e enfrentamento a violência. Um dos pontos fortes do programa foi a atuação no campo do enfrentamento a violência de gênero com a realização da campanha **#PelaVida de Meninas e Mulheres:** Pelo Fim da Violência Contra Meninas e Mulheres onde envolvemos a juventude e ampliamos o debate sobre masculinidades tóxicas e outros olhares sobre a vida das meninas e mulheres. Neste processo os municípios (sociedade civil e poder público) aderiram a campanha com a realização de atos públicos; já o município de Araci realizou a Audiência Pública na qual as organizações de mulheres apresentaram uma carta de reivindicação as autoridades locais e que contou com a participação da juíza de direito da Comarca, ocasião em que se pautou os casos/processos existentes e o comprometimento em direcionar um olhar mais especial para a questão. Vale destacar o apoio do MOC na incidência política das lideranças das organizações de mulheres em espaços locais, regionais e estadual (Conselhos de Direitos das Mulheres, Conselhos de Saúde, CODES, CONSEA) que visa a participação ativa na discussão, elaboração, negociação e controle social de políticas públicas para efetivação e preservação dos direitos, ora violados e negados.

2.1. Resultados alcançados:

- 09 Municípios com organizações de mulheres assessorados planejam e implementam ações comunitárias;
- 01 Carta política elaborada, apresentada e negociada em audiência pública no município de Araci – Compromisso na Construção do Centro de Referência da Mulher e Sala espacial na delegacia local para atendimento às mulheres em situação de violência;
- 90 Mulheres articuladas em 02 (duas) Caravanas integram a 6º Marcha das Margaridas 2019;
- 30 Mulheres atuam em espaços estratégicos se posicionando na proposição e controle social de políticas públicas;
- 01 Projeto aprovado pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Igualdade Racial (MDH) junto com o PNUD com vistas a políticas públicas de saúde da população negra;
- 27 Mulheres e 15 Meninas atuam em espaços comunitários e municipais enquanto multiplicadoras das ações de enfrentamento a violência contra as mulheres;
- 01 Plano de ação comunitária elaborado e em implementação com 20 Mulheres da Comunidade de Barbosa sobre gênero, tecnologias sociais e gestão das águas. Parceria com a Actionaid e Fundo Socioambiental da Caixa para implementação de 06 tecnologias sociais de uso comunitário.

3. Protagonismo Juvenil – As atividades realizadas dentro desse objetivo percorreram de forma exitosa nos fazeres e resultados alcançados, no despertar das juventudes sobre a importância de advogarem pelos seus direitos e se auto-organizarem, retomando processo já experimentado pelo MOC em anos anteriores. A retomada do lugar das juventudes nos desafia a avançar em processos metodológicos e em parceria com outras organizações e projeto piloto como o “Consórcio da juventude do Semiárido (MOC, SASOP, EFASE) apoiado pela Terre des Hommes Suisse, Actionaid e KNH, onde avançamos nas seguintes ações e resultados:

3.1. Atividades realizadas: Aplicação e sistematização do Diagnostico Rural Participativo (DRP), Formações política, Curso para Elaboração de Projetos, Seminários sobre as perspectivas das juventudes na identificação de políticas públicas, até as ações de multiplicações nos municípios; Atuação na campanha desenvolvida pelo programa #PelaVida de Meninas e Mulheres: Pelo Fim da Violência Contra Meninas e Mulheres, debates sobre masculinidade tóxicas e violência de gênero. Na perspectiva da incidência política a juventude atuou em diferentes espaços que somaram na caminhada de 2019, como: Participação na 27ª Escola de Formação de juventude

para Convivência com o semiárido, em Juazeiro Bahia, bem como na I Conferência Nacional da Pedagogia da Alternância do Brasil, que teve como tema: Pedagogia da Alternância no Brasil – 50 anos – Juventudes e Educação, Saberes e Fazeres da Formação em Alternância no Brasil, realizado em Salvador, como ainda Intercâmbio de Saberes nos Semiáridos da América Latina, que abordou o tema “Juventudes e Agroecologia”, realizado em Recife/PE e Campo Grande/PB, além da participação de jovens no processo de Celebração dos 30 Anos da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (30AnosCDC).

3.2. Resultados alcançados:

- **15** Jovens articulados/as e reiniciando um processo coletivo em prol do desenvolvimento das comunidades;
- **274 jovens** com conhecimentos ampliados sobre protagonismo juvenil e participação social, nas perspectivas das juventudes rurais na construção de um Sertão Justo;
- **280** jovens articulados e escutados nos Diagnósticos Rurais Participativos, envolvendo 7 municípios de atuação com a Actionaid mais 2 com o apoio da KNH;
- **13** Jovens com conhecimentos na aplicação das ferramentas metodológicas e lúdicas para coletar elementos e informações através dos diagnósticos;
- **13** Jovens empoderados atuando em processo de elaboração de projetos sociais voltados para o fortalecimento juvenil.

4. Direitos das Crianças e Adolescentes - É notável que para os direitos das crianças e adolescentes sejam garantidos e acessados nas comunidades, se faz necessário a participação das próprias crianças e seus familiares na elaboração e proposição de demandas, bem como a integração de toda comunidade. Foi nessa perspectiva que as atividades foram realizadas no ano de 2019 nos municípios e comunidades rurais de modo a constituir redes de proteção e garantia aos direitos das crianças e adolescentes na qual foca os agentes de atuação que busca ressignificar a forma coletiva de atuação dos mesmos, traçando um novo paradigma de proteção reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos com voz ativa no seu contexto local. Para isso, através do processo de mobilização social, as famílias passaram a sentir-se mais responsáveis pelos processos educativos de seus filhos/filhas protegendo-os melhor. Para isso, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

4.1 Atividades realizadas: Oficinas de auto estima com vistas ao fortalecimento das identidades e relação de pertencimento nas comunidades; Oficinas sobre afetividade com as famílias- promoveu mais diálogos entre pais e filhos; Oficinas sobre proteção infantil que ampliou as capacidades de reconhecerem direitos e de deveres sobre

mecanismos de proteção e formas de violações, além de reuniões comunitárias para constituição e fortalecimento das redes de proteção. Através do Sistema de Vínculos Solidários (SVS) são promovidas visitas comunitárias para a coleta das cartinhas como meio das crianças e adolescentes manterem o vínculo com os doadores e nestas coletas são desenvolvidas atividades temáticas para ampliar os conhecimentos e percepção da realidade. São atividades realizadas pelas jovens multiplicadoras sendo que estas também passam por processos de formação continuada para desenvolverem as habilidades de trabalhos nesta dimensão de envolvimento de toda comunidades na perspectiva da proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

4.2 Resultados alcançados:

- 07 rádios postes instaladas e em funcionamento com a participação direta de 35 jovens e 96 crianças e adolescentes realizando programas;
- 07 Planos de Desenvolvidos Comunitários elaborados, apresentados e dialogados com as comunidades e poder público local;
- 14 Jovens multiplicadoras qualificadas atuando na perspectiva da garantia e proteção dos direitos das crianças e adolescentes;
- 04 Redes Comunitárias de proteção as crianças e adolescentes articuladas e em atuação nos 07 municípios com 10 participantes cada rede;
- 280 Crianças e adolescentes protagonistas incidindo nos espaços comunitários e municipais com proposições garantidoras dos seus direitos;
- 140 crianças e adolescentes elaborando peças de comunicação sobre seus direitos;
- 80 crianças e adolescentes ampliam suas capacidades de leitura e escrita produzindo cordel;
- 280 detentores de direitos de 7 municípios qualificados reconhecendo os direitos das crianças e adolescentes e reivindicando-os;

IV - CONSIDERAÇÃO FINAIS

É certo que tempos sombrios de violação dos direitos humanos nos põem diante de desafios enormes, Mas sempre tecemos nossas redes de parcerias e solidariedades para superá-los. Agora não seria diferente. É importante ressaltar, que mesmo em um contexto pouco favorável para a caminhada das lutas e conquistas com acesso aos direitos, principalmente para os povos do campo, a trajetória percorrida com as ações e dos resultados exitosos fortaleceu a esperança e aumentou a resiliência do nosso povo em continuar a luta por um Sertão mais Justo para todos e todas.

Os desafios enfrentando durante o ano de 2019 vivenciamos uma escalada de retirada de direitos com corte nos orçamentos para políticas que garante direitos básicos e fundamentais, dentre eles o direito a uma vida livre da violência de gênero, na qual 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018 (FBSP, 2019), sendo que 61% são contra mulheres negras. Esses dados nos colocam diante do desafio e da missão de continuar ampliando a rede de parceiros e de lideranças para enfrentar a violação de direitos humanos contra mulheres e meninas, incidir politicamente para que avancemos na igualdade de oportunidades para superação das desigualdades de gênero em todas as dimensões da vida; social, política, econômica e cultural.

Outro desafio vivenciado é a desmotivação das juventudes frente ao cenário de falta de oportunidades e negação de direitos. Mesmo em organizações sociais ainda falta espaço para atuação da juventude como sujeitos autônomos e que podem ajudar a mudar a realidade local. Desse modo, a inclusão para fortalecer o protagonismo juvenil se faz necessário em todas as dimensões da vida. Ampliar as capacidades de mulheres, juventudes, crianças e adolescentes para incidirem em decisões que afetam suas vidas e das comunidades com vistas ao fortalecimento do acesso aos seus direitos é um desafio e ao mesmo tempo um compromisso institucional e do Programa de Direitos Humanos.

Por isso, justifica-se a relevância da continuidade do trabalho com as juventudes, que como diz Gonzaguinha “Eu vou à luta é com essa juventude, que não corre da raia à troco de nada”, adotando a estratégia de construção mais participativa para contribuir no fortalecimento das lutas sobre seus direitos a partir do protagonismo de quem resiste e constrói um Semiárido mais justo e fraterno. Embora digam que as juventudes são o futuro, precisa-se investir e acreditar nesta geração como presente, que emana força para as transformações sustentáveis e requeridas na sociedade. Do mesmo modo, o protagonismo de crianças e adolescentes deve continuar sendo estimulado e apoiado juntamente com suas famílias e comunidades através dos processos dos vínculos solidários, para que conheçam, lutem e protejam os direitos das crianças e adolescentes de modo a envolver os detentores de deveres para juntos propor as mudanças necessárias que querem para as comunidades. Ao mesmo tempo que as crianças já sabem que são atores que precisam da rede de proteção, também se sentem sujeitos da ação e que podem contribuir para um semiárido mais justo.

É sabido que o contexto em que vivemos requer novos modos de atuar, refazer a caminhada e ao mesmo tempo, estabelecer estratégias coletivas com outras organizações parceiras locais, apoiadores, poder público, além de sinergias junto às Mulheres, Juventudes, Crianças e Adolescentes para fortalecer as nossas ações e nos manter firmes nessa trincheira de luta para o ano de 2020. Nenhuma sociedade irá avançar se não tiver garantido e efetivado os direitos humanos daquelas e daqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade sociopolítico e econômica e sua liberdade fundamental não estiver protegida. Para isso, a luta deve ser interseccional; de classe, gênero, raça, além da inclusão geracional, de modo a constituir o pilar de sustentação para a consolidação de uma sociedade mais justa e equitativa. Parafraseando a escritora feminista negra Audre Lorde, “Eu não serei

livre enquanto houver mulheres que não são, mesmo que suas algemas sejam muito diferentes das minhas".

**QUADRO DE MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS
E QUANTIFICAÇÃO DE PARTICIPANTES**

ATIVIDADES REALIZADAS	PARTICIPANTES							
	IDADE						SEXO	
	Até 12 anos	13 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 60 anos	De 61 acima	M	F
Seminários comunitários com pais, mães e responsáveis para apresentação e discussão do projeto	-	-	12	43	25	5	34	51
	85 participantes							
Seminário Municipal com pais, mães e responsáveis sobre proteção infanto-juvenil e sobre seu papel na educação dos filhos	-	-	02	18	5	-	11	14
	25 participantes							
Oficinas comunitárias sobre com mães, pais e responsáveis, sobre proteção infanto-juvenil e sobre seu papel na educação dos filhos	-	-	09	47	24	-	34	46
	80 participantes							
Encontro Municipal com pais e responsáveis sobre as relações intrafamiliares justas e equitativas	-	-	03	14	17	-	02	32
	34 participantes							
Encontros Comunitários com mães, pais e responsáveis, sobre as relações sociais de gênero e para debater a divisão justa do trabalho doméstico e a equidade nas tomadas de decisões	-	-	11	38	26	5	38	44
	82 participantes							
Oficina comunitárias com mães, pais e responsáveis sobre os direitos de criança de adolescente	-	-	-	43	41	-	32	52
	84 participantes							
Roda de Conversa municipal com representações mães, pais e responsáveis sobre e a doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes.	-	-	12	15	05	-	14	18
	32 participantes							
Encontro comunitários de monitoramento e troca de saberes com mães, pais e responsáveis	-	-	-	53	25	02	25	55
	80 participantes							
Seminário municipal com mães, pais e responsáveis para conhecer e refletirem sobre os mecanismos de proteção, reivindicação e controle social dos direitos de crianças e adolescentes	-	-	03	10	6	08	09	18
	27 participantes							
Oficinas comunitárias com pais, mães e/ou responsáveis para discutir e planejar estratégias de participação de espaços de	-	-	12	43	16	11	31	51
	82 participantes							

reivindicação e controle social de políticas públicas que asseguram os direitos de crianças e adolescente.								
Encontro municipal com mães, pais e responsáveis sobre as diversas formas de incidência política para garantia dos direitos das crianças e adolescentes.	-	-	09	12	03	-	09	15
	24 participantes							
Oficinas comunitárias para monitorar e avaliar o cumprimento e a efetividade dos combinados de proteção das crianças e adolescentes da comunidade, envolvendo mães, pais e/ou responsáveis.	-	-	04	43	34	03	23	61
	84 participantes							
Oficinas comunitárias com crianças e adolescentes sobre participação social;	56	24	04	-	-	-	22	62
	84 participantes							
Oficinas comunitárias sobre estratégias de participação infanto-juvenil com Crianças e adolescentes para elaboração do plano de participação.	63	20	04	-	-	-	23	64
	87 participantes							
Encontros de sobre formas e mecanismos de participação na comunidade bate papo com crianças e adolescentes.	56	20	04			-	23	57
	80 participantes							
Rodas de conversas comunitárias com crianças e adolescentes sobre relações interpessoais, convivência familiar e comunitária, com crianças, adolescentes e jovens.	53	33	03	-	-	-	26	63
	89 participantes							
Oficina municipal com crianças e adolescentes, sobre garantia de direitos e suas violações.	05	15	03	-	01	-	10	14
	24 participantes							
Jornada de cadastramento com crianças e adolescentes nas comunidades atendidas pelo projeto, refletindo sobre a sua participação no projeto como um direito.	136	124	-	-	-	-	96	164
	260 participantes							
Encontros formativos com crianças, adolescentes e jovens para o processo de instalação de 1 rádio poste para a Comunidade de Várzea Funda e revitalização e manutenção das rádios de Miranda, Mucambinho e Rose.	34	41	04	-	-	-	33	47
	80 participantes							
Dias de lazer e entretenimento artístico-cultural nas comunidades, com crianças, adolescentes e jovens para resgatar a cultura local.	46	54	04	02	-	-	33	73
	106 participantes							
Encontro municipal com crianças, adolescentes e jovens sobre auto-organização coletiva e protagonismo infanto-juvenil.	-	12	14	02	-	-	10	18
	28 participantes							
Bate papos comunitários com adolescentes e jovens sobre participação social e protagonismo juvenil;	-	23	49	08	-	-	20	60
	80 participantes							
Oficinas comunitárias com crianças,	21	23	27	14	-	-	34	51

adolescentes e jovens, sobre leitura crítica e contextualizada e elaboração de propostas para melhoria da realidade das comunidades	85 participantes							
Encontros comunitários sobre Cinema Interativo com crianças, adolescentes e jovens	75	35	09	10	-	-	56	73
	129 participantes							
Seminário de mobilização para a constituição da rede local de proteção envolvendo detentores dos deveres (educadores/as, lideranças comunitárias, grupos de produção, juventudes, pais/mães/cuidadores, integrantes do SGD;	-	-	10	14	6	5	13	22
	35 participantes							
Oficinas locais com lideranças comunitárias e detentores dos deveres para constituição da rede.	09	26	15	18	12	01	20	61
	81 participantes							
Oficinas comunitárias com lideranças comunitárias e agentes do SGDCA para planejamento, monitoramento e avaliação das ações da Rede de Proteção de Direitos de Criança e Adolescente	-	-	27	37	18	03	32	53
	85 participantes							
Oficinas locais com mulheres e mães sobre auto-organização e gestão compartilhada	-	-	12	45	23	-	-	80
	80 participantes							
Encontros comunitários com mulheres/mães sobre consumo consciente e economia solidária local;	-	-	09	34	40	-	-	83
	83 participantes							
Encontro municipal com mulheres e mães sobre empoderamento social e econômico	-	-	03	12	09	02	-	
	26 participantes							
Bate papos comunitárias com mulheres e mães sobre as relações sociais de gênero e sexualidade;	-	-	14	15	23	28	12	68
	80							
Oficinas comunitárias com mães e mulheres sobre prevenção e enfrentamento a violência contra mulheres e meninas e os mecanismos de proteção	-	-	14	17	28	21	08	72
	80 participantes							
Oficina municipal com adolescentes e jovens (meninos e meninas) sobre as tipificações de violência contra mulheres e meninas e os mecanismos de prevenção	-	12	19	-	02	-	11	22
	33 participantes							
Encontros comunitários com adolescentes e jovens (meninos e meninas) sobre as tipificações de violência contra mulheres e meninas e os mecanismos de prevenção	-	25	34	12	9	-	34	46
	80 participantes							
Encontro municipal com adolescentes	-	23	02	03	-	-	09	16

e jovens sobre identidades e a importância da diversidade	25 participantes							
Rodas de conversas comunitárias com adolescentes e jovens sobre identidade étnico/racial e as dimensões de gênero com adolescentes e jovens;	-	23	26	12	12	07	23	57
	80 participantes							
Seminário municipal com jovens, adolescentes (meninos e meninas) para conhecerem estratégias de auto e mútua proteção;	-	15	12	04	01	-	12	23
	35 participantes							
Encontros locais de formação com famílias sobre as tipificações de violências contra criança e adolescente e estratégias proteção infantil;	-	-	25	31	21	17	23	71
	94 participantes							
Roda de diálogo entre famílias e escola sobre a importância da participação e do papel de cada detentor de dever na educação das crianças e adolescentes;	-	12	24	24	23	14	21	76
	97 participantes							
Oficinas comunitárias sobre o Sistema de Garantia de Direitos e incidência política das famílias em torno dos direitos de crianças e adolescentes e situações de violações	-	-	25	34	18	15	22	70
	92 participantes							
Oficinas com crianças e adolescentes e famílias para fortalecimento de laços afetivos de parentalidade e troca de saberes	16	27	32	19	12	6	26	86
	112							
Oficinas municipais sobre indicadores de Desenvolvimento Comunitário	-	13	09	04	02	-	05	23
	28 participantes							
Oficinas locais para elaboração, monitoramento e avaliação dos Planos de Desenvolvimento Comunitário - PDC.		16	22	25	18	15	21	75
	96 participantes							
Jornadas formativas com a equipe institucional sobre articulação de ações em prol do desenvolvimento das comunidades rurais	-	-	04	14	27	-	13	32
	45 participantes							
Reuniões de planejamento, monitoramento e avaliação com a equipe de execução das ações do Projeto Retocando.	-	-	02	10	03	-	-	15
	15 participantes							
18 Jornadas de cadastramento das crianças e adolescentes nas comunidades atendidas pelo projeto.	162	98	05	03	-	-	129	139
	268 participantes							
Oficinas Lúdicas para a promoção de ações sócio educativas de convivência, fortalecimento do diálogo e dos vínculos familiares e comunitários	162	98	-	03	-	--	124	139
	263 participantes							
Oficinas comunitárias sobre	43	47	-	03	-	-	34	59

educomunicação para a produção de peças de comunicação abordando as violações dos direitos de crianças e adolescentes existentes nas comunidades	93 participantes							
Jornada de leitura lúdica e de elaboração de desenhos e mensagens de vínculos solidário	162	98	-	03	-	-	124	139
	263 participantes							
Oficinas comunitárias com crianças e adolescentes sobre identidade pessoal e cultural, a partir dos livros do Baú de Leitura.	43	47	-	04	-	-	32	62
	94 participantes							
Roda de prosa comunitária sobre a autoestima e identidade com crianças e adolescentes.	31	59	-	03	-	-	29	64
	93 participantes							
Jornadas formativas modulares para capacitação de jovens multiplicadores e equipe de apoio à execução do projeto.	-	-	06	32	39	13	26	64
	90 participantes							
Oficina municipal sobre estratégias de mobilização social e incidência política em torno dos direitos de crianças e adolescente	-	14	02	17	03	-	11	25
	36 participantes							
Oficinas comunitárias sobre estratégias de incidência política, mobilização social e comunicação comunitária	08	15	11	23	27	09	31	62
	93 participantes							
Seminário municipal para discutir a comunicação comunitária como um direito humano e instrumento de transformação e mobilização e mudança local.	09	17	04	02	10	-	15	27
	42 participantes							
Oficinas locais sobre comunicação comunitária como um direito humano e instrumento de mobilização e mudança social.	03	07	-	23	07	-	11	29
	40 participantes							
Oficinas comunitárias de elaboração de pautas e peças de comunicação que atendam a demanda de desenvolvimento local nas comunidades.	05	12	02	34	08	03	23	41
	63 participantes							
Reuniões comunitárias de monitoramento e avaliação da Rádio Poste e das estratégias de protagonismo de crianças e adolescentes.	12	33	13	34	26	17	43	92
	135 participantes							
Festival e Mostra de arte e cultura nas comunidades para troca de saberes e fazeres culturais. Será realizada apresentações e exposições feitas pelas pessoas da comunidade	65	82	01	01	-	-	67	82
	149 participantes							
Audiências Públicas para apresentação da	9	10	10	08	-	-	11	26

Carta de Recomendações das Crianças e Adolescentes aos detentores dos deveres e responsabilidades	37 participantes							
Oficina sobre diversidade, oficina de metodologia, oficina de leitura lúdica e contextualizada e planejamento das produções das mensagens	-	-	05	13	02	-	01	19
	19 participantes							
70 Jornadas lúdicas com crianças e adolescentes para fortalecimento dos vínculos solidários - elaboração de mensagens	636	344	05	-	-	-	497	488
	985 participantes							
09 Dias de campo municipal para elaboração das mensagens c/ crianças e adolescentes	232	57	11	10	03	-	80	233
	313 participantes							
Jornada de Troca Saberes sobre os direitos das crianças e adolescentes nos municípios com as crianças e adolescente (atividade de contra partida)	175	28	07	--	04	-	87	127
	214 participantes							
Oficina de dinâmicas com crianças e adolescentes (atividade de contra partida)	186	32	07	03	05	-	99	134
	233 participantes							
01 Seminário Regional sobre perspectivas das juventudes rurais na construção de um Sertão Justo.	0	13	19	13	0	0	09	36
	45 participantes							
07 Encontros municipais sobre perspectivas das juventudes rurais na construção de um Sertão Justo.	05	75	69	40	05	0	61	133
	194 participantes							
07 Diagnóstico sobre auto-organização, protagonismo e participação de jovens em espaços sociais.	18	135	68	7	0	0	73	155
	228 participantes							
1 Seminários intermunicipal sobre perspectiva juvenil no Semiárido – processo de escuta com as juventudes do campo.	0	09	14	18	02	0	13	30
	43 participantes							
9 Rodas de conversa municipal sobre a perspectiva das juventudes e violência de gênero.	06	71	55	51	19	03	57	148
	205 participantes							
02 Encontros regionais de planejamento e avaliação das ações das organizações de mulheres	0	05	07	17	13	02	0	44
	44 participantes							
07 Reuniões municipais com os Conselhos de Direitos das Mulheres e Redes de enfrentamento a violência.	0	05	15	65	55	10	0	150
	150 participantes							
01 Encontro territorial sobre a	0	02	05	08	11	04	04	26

participação das mulheres na política na perspectiva da ocupação de cargos legislativo e executivos municipais;	30 participantes							
Formação com meninas sobre empoderamento feminino, raça e sexualidade.	02	11	04	09	01	0	01	26
	27 participantes							
07 Rodas de conversa com mulheres rurais sobre enfrentamento a violência de gênero e empoderamento;	0	16	20	66	41	05	22	120
	142 participantes							
01 Audiência pública sobre violência de gênero e o papel do Estado na prevenção e combate ao feminicídio;	0	03	04	18	15	02	08	42
	50 participantes							
01 Campanha de prevenção e enfrentamento a violência contra mulheres e meninas.	1.600 participantes							
Apresentação do Projeto e Formação Gênero e Tecnologias Sociais (MOD I).	0	0	07	08	09	03	-	27
	27 participantes							
Formação em relações sociais de Gênero e Tecnologias Sociais (MOD II).	0	0	07	08	09	03	-	27
	27 participantes							
Formação em Gênero, Mulheres e as Tecnologias Sociais (MOD III).	0	0	07	08	09	03	-	27
	27 participantes							
Formação em Gênero, Tecnologias Sociais e Convivência com o Semiárido (MOD IV).	0	0	07	08	09	03	-	27
	27 participantes							
Total	9.622 participantes							

CONCLUSÃO

Finalizando este relatório de atividades de 2019 queremos ressaltar três coisas que nos parecem importantes.

De um lado, é fato que mesmo marcados pela resistência, nossos pés trilharam um bonito e significativo caminho rumo à justiça, equidade e construção de direitos. Sem nossa intervenção, nossa presença, nossa teimosia é certo que o mundo estaria mais injusto e mais cruel.

Esta ação, contudo, não foi algo da coordenação e dos técnicos /as do MOC. Tivemos nosso papel e ajudamos. Mas ela foi uma ação das mulheres, dos jovens, dos/as professores/as, coordenadores/as de educação contextualizada; daqueles e daquelas que juntaram suas forças construindo e fazendo acontecer a economia solidária; dos agricultores/as que acreditando na agroecologia e na convivência com o semiárido fizeram de suas propriedades espaços privilegiados deste acontecer.

É uma ação, igualmente, de todos os apoios e financiamentos que recebemos e, especialmente daqueles que, a partir de outros países, se empenham em fazer germinar a justiça e a fraternidade.

Este relatório quer registrar um sincero e amoroso agradecimento a todos e todas.

De outro lado, se é certo uma trilha bonita e de justiça, fato é, também, que na trilha há marcas de sangue.

Sangue derramado pela constatação de direitos já conquistados e que foram friamente desmanchados; sangue pelas dificuldades imensas que atravessamos; sangue pelas perseguições diuturnas a que somos submetidos; sangue quando olhamos para a frente e nem sempre vemos sinais claros de por onde caminhar, ao tempo em que vemos avassaladora a injustiça, a morte, a fome, a falta de moradia, de assistência à saúde, a falta de terra e outras mais.

Este relatório, no entanto, mostra que somos resistentes, que há muita resiliência, que a vida continua.

Assim, agrados a ela, vida, vamos continuar o caminho.

Mais uma vez nosso fraterno muito obrigado e a vontade de juntos, seguir a estrada.

ANEXOS

FUNCIONÁRIOS DO MOC EM 2019

Adenilton Dantas de Amorim*
Adila Santos da Mata
Adriano Santos Lisboa*
Adson Lima de Oliveira*
Alexandre Cardeal Nepomuceno
Alexandro Lima de Meireles
Alan Rocha Suzart
Ana Cleide Soares da S Matos
Ana Dalva Souza Santana
Ana Glecia da Silva Almeida
Ana Isabel Carneiro de Miranda*
Ana Paula Mendes Duarte
Angela da Paixao *
Angela de Oliveira Carneiro - licen. s/rem
Antonia Freitas Maia Neta*
Antonia Laila Cunha da Silva
Catia Souza de Almeida
Celia Santos Firmo
Claudia Mota Nascimento*
Cleonice dos S Oliveira
Clodoaldo Almeida da Paixao licen. s/ rem
Cristiano Carneiro dos Anjos*
Daiane da Silva Xavier
Daiane Santos Silva
Darlan de Lima Torres*
Dinalva Leite das V Cerqueira
Diogo Gutemberg Militao Araujo*
Donato da Silva*
Ediane Bispo de Jesus*
Edivania Santos de Lima
Emylly Mikaely M Mota
Erivanilson da Silva Oliveira*
Evelita Silva Cordeiro
Everaldo Leite das Virgens
Franciane dos Santos Franca*
Gilberto Janio de J Oliveira
Gildo Carvalho Souza
Gilvan Rogerio Vieira de Araujo
Gisleide do Carmo Oliveira
Gutemberg do Carmo R. Gonçalves
Itamar dos Reis Alves*
Itamara Oliveira Santos*
Jailma Aragao Simas*
Joao Teofilo de Araujo Oliveira
Jocemari Alves dos Santos
Jose Francisco Carvalho de Oliveira*

* Funcionários desligados no período

Jose Ivamberg Ferreira Silva
Jose Nelio Monteiro Corsini
Jose Nilton Santos Silva*
Jose Renilton Carneiro de Araujo Abreu
Joseval Santos de Jesus licen. s/rem
Judiclecio Brito Lima*
Juliana Almeida Sales Dias*
Junivan Matos dos Santos
Kivia Maria da Silva Carneiro
Laelcio Araujo Santos*
Lariane Silva dos Santos*
Leane de Souza C dos Reis
Lídia Maria Araujo Lima
Marcelo das Mercês Santos
Marcelo Emanuel Militao Araujo
Margarida Souza da Silva*
Maria Graças S Bittencourt
Maria Neuza Rios
Maria Vandalva L Oliveira
Mariana Borges Neta
Mariza C das Virgens
Marta Sandra R de Oliveira
Mateus Jonnei Carneiro Lima*
Naidison de Q Baptista
Nataly Souza de Oliveira
Pedro Genir de Jesus Santos
Reinilda de Oliveira Miranda*
Reinilda Santos da Silva
Renata Santos Almeida*
Robervania da Silva Cunha
Rubemaria dos Santos Costa
Rute Oliveira A de Queiroz
Sara Geisa Silva de Jesus
Selma Gloria de Jesus
Sergio Meireles de Carvalho*
Sidineia da Silva de Queiroz
Soraia Jane O R Carvalho
Tailana Isabela de Lima Matos
Taina de Lima Matos
Tarciane Rios de Oliveira
Urias Rios de Oliveira*
Valmar Santiago de Oliveira
Valmario de Oliveira Ferreira*
Valmira Lopes de Souza
Vera Maria Oliveira Carneiro
Wilza Oliveira de Almeida
Zenaide Alves de Jesus

* Funcionários desligados no período

ESTAGIRIAS

Tainara de Sousa Anselmo

Angelica Correia Lopes

Viviane de Oliveira Souza

JOVENS COLABORADORAS/ES DOS VÍNCULOS SOLIDÁRIOS

Fernanda Suellen Silva de Jesus

Gabriela Santos Bispo

Jaciara Ferreira de A. Matos

Jaqueline Trabuco da Silva

Jeane Reis Santos

José Reinaldo Barreto dos Santos

Lucivagna Cunha de Oliveira

Maria de Fátima de Araújo Silva

Regiane Santiago de Lima

Rosana Peixoto Bonfim

Rosimeire Cavalcante Reis

Silvana Lima dos Santos

Valdice Silva de Souza

MUNICÍPIOS ONDE O MOC ATUOU NO PERÍODO:

TERRITÓRIO DO SISAL:

Quijingue, Barrocas e Teofilândia Araci, Serrinha, Ichu, Barrocas, C. do Coité, Retirolândia, Santaluz, Nordestina Cansanção, Tucano, Biritinga e Monte Santo, Cansanção, Itiuba.

TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE:

Ipirá, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra, Nova Fatima, Capela do Alto Alegre

TERRITÓRIO PORTAL DO SERTÃO:

Feira de Santana, Santa Bárbara, Conceição da feira e São Gonçalo, em parceria com a COOPESER.

TERRITÓRIO NORDESTE II

Nova Soure.

TERRITÓRIO DE LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

Itapicuru e Crisopolis.

TERRITÓRIO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU

Campo Formoso, Andorinha, Filadélfia, Ponto Novo e Pindobaçu.

COLABORADORES/COOPERANTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

ACTION AID Brasil

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

AP1MC – Associação Programa Um Milhão de Cisternas

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

KINDERMISSIONSERK

Kindernothilfe - KNH

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

SETRE – Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

TERRE DES HOMMES

FOTOS



O primeiro encontro com as coordenações da Educação do Campo 2019 e participação da sociedade civil organizada dos municípios.



Devoluções do CAT e Baú de Leitura nas Escolas do campo



Legenda: 7ª Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária, do município de Retirolândia.



Visita de intercâmbio do Projeto Bahia Produtiva



Oficina sobre alimentação saudável com elaboração de cardápio com PANC'S



Projeto Mais Gestão -Reunião Anual com potenciais compradores



Projeto Cisterna nas Escolas do Município de Pindobaçu da Comunidade de Fumaça



Acesso à água de produção do Projeto Cisternas



Lançamento da Campanha de enfrentamento a violência: #PelaVida – De Meninas e Mulheres.



Atividades dos Vínculos Solidários



Encontro Estadual de Juventudes



www.moc.org.br @moc_movimento facebook_MOC @ongMOC